



**Lívia Souza Silva**

**Mulheres negras e Universidade: uma  
reflexão sobre a permanência estudantil de  
discentes negras do curso de Serviço  
Social**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social do Departamento de  
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Andreia Clapp Salvador

Rio de Janeiro  
Agosto de 2022



**Livia Souza Silva**

**Mulheres negras e Universidade: uma  
reflexão sobre a permanência estudantil de  
discentes negras do curso de Serviço  
Social**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada  
pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Andréia Clapp Salvador**

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Tânia Horsth Noronha Jardim**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Maria Aparecida Miranda**

IFRJ

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## **Lívia Souza Silva**

Graduou-se em Serviço Social na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2019; pesquisadora do GPAAR – Grupo de Pesquisa de Ações Afirmativas e Políticas de Reconhecimento da PUC-Rio. Atualmente é Assistente Social da Instituição de Acolhimento Infanto-Juvenil do Município de Itaguaí.

### Ficha Catalográfica

Silva, Lívia Souza

Mulheres negras e universidade : uma reflexão sobre a permanência estudantil de discentes negras do curso de Serviço Social / Lívia Souza Silva ; orientador: Andreia Clapp Salvador. – 2022.

66 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Política de ação afirmativa. 3. Permanência estudantil. 4. Mulheres negras. I. Salvador, Andreia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico esta dissertação à minha família, que sempre esteve comigo em todo meu percurso educacional e profissional, as minhas amoras Fany Serafim, Carol Queiroz e Renata de Souza pelo nosso afeto, companheirismo e aquilombamento.

## Agradecimentos

Agradeço a Deus por me sustentar durante toda a vida!

Aos meus pais Claudio e Nilza, aos meus irmãos Larissa e Pedro e ao Lucas, meu companheiro, que estiveram ao meu lado no decorrer do mestrado e da vida.

À PUC-Rio, ao Departamento de Serviço Social, à Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, ao CNPq e a todos os funcionários da Universidade, pelo apoio e auxílios.

As minhas colegas da turma do mestrado 2020, por todo auxílio, aprendizagem, construção e conhecimentos compartilhados.

Ao meu grupo de aquilombamento, Renata de Souza, Fany Serafim e Carol Queiroz por todo aprendizado, resistência, lutas, parcerias, amizade e carinho.

A minha amiga e companheira de vida acadêmica Ana Gabriela Paiva por sempre estar comigo, me incentivar a iniciar essa caminhada e sempre me motivar.

Aos componentes do Centro Acadêmico Zica de Oliveira, principalmente Tuane Almeida, Felipe Belo e Isabella Gouveia, companheiros de luta que auxiliaram de forma importantíssima nos dados da pesquisa.

Aos meus amigos da vida, obrigada por entenderem minhas ausências e estarem presentes mesmo os de longe me auxiliando nos momentos de ansiedade.

A minha psicóloga Luiza que em muitos momentos me deu total apoio técnico para vencer os desafios da vida pessoal e profissional.

A minha orientadora Andréia Clapp Salvador, gratidão por toda motivação, por toda parceria e apoio não só para a construção da dissertação, mas em diversas circunstâncias pessoais.

Por fim, mas não menos importante, a todos os discentes do curso de Serviço Social da PUC-Rio que contribuíram de forma ímpar para a construção dessa pesquisa. Sobretudo as discentes mulheres negras. Gratidão!

## Resumo

Silva, Livia Souza; Salvador, Andréia Clapp. **Mulheres negras e Universidade: uma reflexão sobre a permanência estudantil de discentes negras do curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2022. 66p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação, intitulada *Mulheres Negras e Universidade: uma reflexão sobre a permanência estudantil das discentes negras do curso de Serviço Social da PUC-Rio*, trata da questão da permanência e do programa de assistência estudantil da PUC-Rio. Assistência estudantil é aqui compreendida como um programa voltado para a permanência de estudantes das classes trabalhadores e/ou pertencentes a grupos que vivem em condições de desigualdade social e tem como objetivo central proporcionar às necessidades e demandas acadêmicas condições que possibilitem a vivência plena da vida universitária e contribuam para a diminuição da evasão. A pesquisa tem como parte dos objetivos analisar as principais dificuldades de permanência vivenciadas pelas estudantes negras de Serviço Social da PUC-Rio, matriculadas nos anos de 2018 e 2019, realizar o levantamento do perfil dos discentes matriculados nos anos de 2018 e 2021 e identificar a importância do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio na trajetória universitária das estudantes negras. Para isso foram entrevistados 33 discentes e posteriormente 5 discentes negras, por meio de um formulário que foi enviado por estudantes do Centro Acadêmico Zica de Oliveira de Serviço Social para as representantes das turmas e ingressantes nos anos 2018, 2019, 2020 e 2021. Este estudo possibilitou a compreensão dos desafios enfrentados pelas discentes negras e pertencentes às classes populares, a importância do programa oferecido pela Universidade para a permanência dessas estudantes e analisou propostas apresentadas por elas para a manutenção da vida acadêmica que ainda não são ofertadas pela PUC-Rio.

## Palavras-Chave

Política de Ação Afirmativa; Permanência Estudantil; Mulheres Negras.

## Abstract

Silva, Livia Souza; Salvador, Andréia Clapp (Advisor). **Black women and the University: a reflection on the student permanence of black students in the Social Work course.** Rio de Janeiro, 2022. 66p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation entitled, Black Women and University: a reflection on the student permanence of black students of the course of Social Work of PUC-Rio, deals with the issue of permanence and student assistance program of PUC-Rio. Student assistance is understood here as a program aimed at the permanence of students of the working classes and/ or belonging to groups that live in conditions of social inequality and its main objective is to provide the needs and academic demands, full experience of university life and contributing to the reduction of evasion. The research has as part of the objectives, to analyze the main difficulties of permanence experienced by black students of Social Work of PUC-Rio, enrolled in the years To carry out the survey of the profile of the students and to identify the importance of the Emergency Solidarity Fund of the PUC-Rio in the university trajectory of black students. For this, 33 students were interviewed and later 5 black students, through a form that was sent by students of the Zica de Oliveira Academic Center for Social Work for the representatives of the classes and those who joined in the years 2018, 2019, 2020 and 2021. This study enabled the understanding of the socioeconomic challenges faced by black and the importance of the program offered by the University for the permanence of these students and analyzed proposals presented by them for the maintenance of academic life that are not yet offered by PUC-Rio.

## Keywords

Affirmative Action Policy; Student Stay; Black Women.

## Sumário

1. Introdução	15
2. Políticas de ação afirmativa no Brasil – alguns apontamentos históricos	21
2.1 A Política de Ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro	27
2.2 O Pré-Vestibular para Negros e Carentes e a sua atuação na inserção de pessoas negras nos espaços acadêmicos no Rio de Janeiro	30
2.3 Ação Afirmativa: O caso da PUC-Rio	31
3. Assistência Estudantil no Ensino Superior brasileiro	34
3.1 Assistência Estudantil na PUC-Rio: A história do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-RIO (FESP)	39
4. Mulheres negras: acesso à educação no Brasil	43
4.1 O acesso de Mulheres Negras à Universidade	45
4.2 O Perfil dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Rio	46
4.3 Os desafios enfrentados pelas discentes negras do Curso de Serviço Social da PUC-Rio – A questão da permanência	57
4.3.1 Permanência Estudantil – o olhar das estudantes beneficiárias	58
4.3.2 AE e seus benefícios – Novas propostas e antigas necessidades	61
5. Considerações finais	64
6. Referências	62
8. Apêndices	66



## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Faixa Etária dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Rio	49
Gráfico 2 - Identidade de Gênero dos discentes do curso de Serviço Social da PUC-Rio	50
Gráfico 3 - Autodeclaração de cor/raça	51
Gráfico 4 - Região de Moradia dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Rio	52
Gráfico 5 - Estudantes Trabalhadores do DSS PUC-Rio	53
Gráfico 6 - Discentes que possuem filhos do Curso de Serviço Social da PUC-Rio	54
Gráfico 7 - Discentes que possuem bolsas oferecidas pela Universidade	55
Gráfico 8 - Discentes do DSS atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil da PUC-Rio.	57

*Nós, mulheres negras, somos a vanguarda do movimento feminista nesse país;  
nós, povo negro, somos a vanguarda das lutas sociais deste país porque somos os  
que sempre ficamos para trás, aquelas e aqueles para os quais nunca houve um  
projeto real e efetivo de integração social.*

Sueli Carneiro

# 1

## INTRODUÇÃO

*Precisamos nos esforçar para "erguer-nos enquanto subimos". Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, irmãos, subam conosco.*  
Angela Davis

Este trabalho tem como tema de pesquisa os desafios enfrentados por mulheres negras em seu ciclo acadêmico durante o período da graduação. A partir do acesso às discentes do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pretende-se refletir sobre as dificuldades vivenciadas pelas estudantes negras em conseguir garantir a permanência universitária no curso em questão. Iremos também realizar o levantamento do perfil das discentes do curso de Serviço Social da PUC-Rio, além de discutir a importância do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio na trajetória universitária das estudantes negras. Para o alcance dos objetivos, entrevistamos cinco discentes mulheres negras, dos dois últimos períodos do curso de graduação, as quais apresentaram dados relevantes sobre o Programa de Bolsas e Auxílios da Universidade.

O interesse pelo tema foi surgindo ao longo da minha trajetória acadêmica, na qual, ainda na graduação, atuei por um período de três anos no Movimento Estudantil e compus o Centro Acadêmico de Serviço Social Zica de Oliveira (CASS). O desejo de aprofundar as discussões se intensificaram a partir da minha inserção no campo de estágio (Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio - FESP), nos dois últimos anos de graduação (2018-2019). Tendo como resultado a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado **“Entre permanecer e desistir: um estudo sobre os desafios enfrentados pelos alunos bolsistas da PUC-Rio”**, no qual me deparei com a realidade das mulheres mães universitárias. Diante deste contexto, inúmeras inquietações surgiram, uma vez que, não compreendia o porquê de uma Universidade do porte da PUC-Rio, que oferta serviços que atendem não somente a comunidade acadêmica, mas a comunidade ao seu entorno, não possuir um espaço para auxiliar nos cuidados dos filhos das discentes universitárias.

O objeto de estudo foi se definindo ao elaborar o projeto para inserção no mestrado acadêmico oferecido pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Neste contexto, a definição do tema foi algo que me fez refletir não só enquanto mestranda e discente do Programa de Pós-Graduação da Universidade, mas considerando o meu percurso acadêmico como mulher negra e hoje Assistente Social, após quatro anos de graduação na

PUC-Rio.

Discutir sobre a realidade vivida de mulheres negras me afeta de forma avassaladora e em diversos momentos me levou ao choro, além de possibilitar outras inquietações, sofrimentos e percepções sobre a realidade. Através de um olhar crítico, problematizo sobre quanto o racismo afeta pessoas negras todos os dias, em especial as mulheres negras. Dessa forma, em diversos momentos das leituras, me deparava com histórias e realidades parecidas com a minha e da minha família e sentia a necessidade de trazer a minha história para este espaço, entendendo que como Grada Kilomba (2019) escreve em seu texto: “não sou o objeto, sou o sujeito”. Dito isso, avalio ser extremamente pertinente escrever sobre parte da minha história de vida neste trabalho.

Sou Livia Souza Silva, mulher negra, Assistente Social, filha de Nilza Souza da Silva, empregada doméstica, *personal organizer* e filha de Cláudio Silva, eletricista. Irmã de Larissa Souza Silva Coelho, enfermeira e irmã de Pedro Henrique Quadra, meu irmão de afeto, o qual possuímos a guarda judicial.

A minha percepção enquanto uma mulher negra iniciou aos meus 17 anos, ao refletir sobre o meu cabelo. Na ocasião, estudava em uma escola estadual em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, onde o racismo velado ocorreria todos os dias, as falas eram do tipo: “a raiz do seu cabelo está ficando dura, tá na hora de fazer”; “nossa, ela é uma preta linda”.

Neste mesmo período cursava um pré-vestibular e me deparei com a decisão de fazer ou não as provas utilizando o sistema de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi então nesse momento que obtive o primeiro contato com as discussões que rondavam a sociedade sobre a reserva de vagas nas Universidades.

Ao realizar o vestibular da PUC-Rio, da UERJ e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), optei por ingressar na PUC-Rio. Esse ingresso ocorreu por meio da minha participação em dois espaços, o Pré-Vestibular Social da Ser Cidadão e o Programa Mais, programa de orientação vocacional do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE -RJ), os quais me deram a base necessária para fazer os vestibulares e escolher meu curso de graduação.

Ao iniciar os estudos na PUC-Rio, no primeiro dia de aula participei do evento “Meu primeiro dia na PUC”, e na ocasião, conheci o “Coletivo Nuvem Negra”. O interesse foi imediato e fui buscar maiores informações sobre as ações realizadas pelo coletivo. Ressalto que ser recebida e acolhida por pessoas negras, assim como eu, em um espaço tão elitizado e embranquecido, foi bastante simbólico e representativo para mim naquele

momento. Ao longo de toda a minha graduação fui bolsista 100% filantrópica e junto a bolsa, consegui ingressar no programa de assistência estudantil da Universidade, o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP).

O ciclo na graduação foi árduo, mesmo recebendo o auxílio alimentação e transporte do FESP, era necessário mais do que esses auxílios, pois precisava de material, livros, roupas, sapatos, mochila e coisas que traziam inúmeras preocupações para mim e minha família durante os quatro anos de graduação. Para além dessas demandas, tinha o percurso diário de estágio, pois antes de ingressar no FESP na PUC-Rio, estagiei no Fórum de Bangu. A rotina consistia em sair da Baixada Fluminense (meu local de moradia), passar pela Zona Oeste (território do estágio) e posteriormente chegar até a Zona Sul, para assistir às aulas, ao final do dia retornava para casa, com diversas demandas acadêmicas e pessoais.

Relatar meu percurso pessoal e acadêmico, possibilita demonstrar as diversas dificuldades vivenciadas cotidianamente pelos estudantes negros, no entanto, ressaltando nesse processo os avanços oriundos das lutas travadas pelo Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras. Lutas essas que reforçam a necessidade da representatividade e garantia de direitos dentro do ambiente acadêmico por nós e para os nossos.

Historicamente o espaço acadêmico nos foi negado, cabendo ao homem branco o lugar de privilégio para narrar nossas vivências. Nesse processo, o racismo estrutural<sup>1</sup> fornece as bases que vêm reproduzindo o não lugar da população negra<sup>2</sup> na sociedade. Dito isso, refletimos que ao considerar que o acesso é penoso e negado em sua maioria, pensar a permanência estudantil dos discentes negros se torna salutar e constitui enquanto uma estratégia antirracista.

Assim sendo, o presente estudo realiza um levantamento bibliográfico acerca do conceito de Ações Afirmativas, tendo em vista que é a partir da luta do Movimento Negro na década de 1990, que passaram a ser implementadas as políticas públicas nas esferas governamentais, e também na privada, com objetivo de reparar as disparidades raciais presentes na sociedade brasileira. É por meio da criação das ações afirmativas, que a

---

<sup>1</sup> Segundo Silvio Almeida (2019, p.9), o Racismo Estrutural é “um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”.

<sup>2</sup> A classificação racial no Brasil, realizada pelo IBGE, adota as categorias cor/raça, por meio dos seguintes itens: branca, preta, parda, indígena e amarelo. Sendo assim, utilizamos a metodologia do IBGE de agregar pretos e pardos em um mesmo indicador- população negra.

população negra consegue adentrar o espaço acadêmico conforme ressaltam Gomes (2001), Miranda (2020), Santos (2012) e Clapp Salvador (2020) em seus estudos. Diante do atual contexto sociopolítico vivenciado nos últimos cinco anos, defender as Ações Afirmativas é caminhar em direção ao aprofundamento da democracia, construir uma realidade mais inclusiva, democrática, seguindo na luta pela construção de uma política educacional não branca e elitista. As Ações Afirmativas possibilitam a criação de Planos de Assistência Estudantil que podem ser implementados por todas as Universidades do país, incluindo auxílio material-didático, auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio creche, concessão de bolsas de pesquisa e de ajuda financeira. Iniciativas essas, que fornecem mecanismos para a permanência das discentes negras no espaço universitário, tornando o ambiente acadêmico menos desigual.

Ademais, destaca-se a importância dos Pré-Vestibulares Comunitários na trajetória dos estudantes ao ingressarem no ensino superior, conforme destaca Angela Cristina Santos em entrevista para Radis-Fiocruz, “a formação do sujeito é tão importante quanto a preparação para a universidade” (2022). Segundo a pesquisadora, os pré-vestibulares atuam com um projeto político pedagógico que entende os estudantes como seres humanos com desejos, medos e frustrações que precisam ser inspirados e ouvidos, o que possibilita também uma formação crítica e diferenciada dos espaços pedagógicos escolares. É a partir da inserção em cursos pré-vestibulares comunitários que muitas estudantes negras conseguem adentrar o Ensino Superior brasileiro. No estado do Rio de Janeiro, já se identifica um número expressivo de Pré-Vestibulares Comunitários que atuam para promover o ingresso de estudantes e trabalhadores nas Universidades cariocas, bem como a realização de pesquisas (iniciação científica e também na pós-graduação) sobre a importância deles.

Nesta perspectiva, a educação é vista para mulheres negras como um espaço que pode proporcionar ascensão social, melhores colocações no mercado de trabalho e consequentemente melhor qualidade de vida. Porém, esse espaço foi negado por muitos anos à população negra, em função do período de escravização e do racismo, no qual as mulheres negras sofriam inúmeras violações de direitos.

Em função da luta do Movimento Negro pela educação, a Política de Ações Afirmativas e os Pré-Vestibulares Comunitários que pessoas negras conseguem acessar as Instituições de Ensino Superior, tendo a oportunidade de mudar as suas histórias de vida. Cabe pontuar que o espaço universitário tem diversos gastos para a permanência de pessoas das classes populares nesse espaço.

As despesas da vida acadêmica, em muitas vezes, se tornam impossibilidades das mulheres negras se manterem no ensino superior. As múltiplas jornadas diárias que elas precisam ter para sua sobrevivência e a dos seus torna a rotina diária muito cansativa e desgastante.

Atualmente, algumas pesquisas demonstram que o número de pessoas negras nas universidades aumentou em função das Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior. Conforme a pesquisa de Tatiana da Silva (2020) por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2020), houve um aumento de 2001 para 2015 de 17% em relação ao quantitativo de pessoas negras nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, saindo de 22% para 44%, demonstrando a eficácia das Políticas de Ação Afirmativa para o acesso. Porém, Andréa Lopes da Costa e Felícia Picanço (2020) pontuam em seu texto, que pessoas negras encontram maior dificuldade para permanecer no espaço acadêmico, o que demonstra a necessidade e importância dos programas de assistência estudantil.

Isso posto, esta dissertação está organizada da seguinte maneira:

No capítulo inicial, conforme já apresentado, consta a introdução da pesquisa, delimitando o objeto de estudo e trazendo parte do aporte teórico que subsidiou nossa discussão, exibindo também o percurso pessoal e acadêmico da pesquisadora.

No Capítulo 2, intitulado “Política de Ação Afirmativa no Brasil – Alguns apontamentos históricos”, apresentamos o contexto da Política de Ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro. Sendo discutido sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes e a sua atuação na inserção de pessoas negras nos espaços acadêmicos no Rio de Janeiro. Por fim, apresentaremos as ações afirmativas realizadas na PUC-Rio.

No terceiro capítulo, abordaremos o surgimento da assistência estudantil no ensino superior brasileiro e sua efetivação na PUC-RIO, destacando a história do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-RIO (FESP).

No último capítulo, tecemos considerações sobre a inserção de mulheres negras no ensino superior no BRASIL. Por fim, serão apresentadas as análises, qualitativa e quantitativa, das entrevistas, tendo por objetivo o levantamento do perfil dos discentes do curso de Serviço Social da PUC-Rio matriculados nos anos de 2018 a 2021 e captar os desafios enfrentados pelas discentes negras matrículas nos anos de 2018 e 2019.

Para o levantamento do perfil foi enviado um formulário para todos os discentes do curso que ingressaram nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, e foram obtidas 33 respostas. Para o segundo objetivo, foram entrevistadas 5 discentes negras do curso de Serviço Social

da PUC-Rio - ingressantes nos anos 2018 e 2019<sup>3</sup>.

Por fim, reitero que em diversos momentos ao ter que ler e escrever sobre a realidade de nós mulheres negras na sociedade brasileira, fui consumida e afetada pelo sentimento de tristeza, dor e falta de esperança. Todavia, nosso caminhar é ancestral, não começou em mim e não terminará em mim também. Sendo assim, investir na educação consiste na possibilidade de transformação, poder e fortalecimento para a população negra.

---

<sup>3</sup> Buscamos entrevistar as discentes que se autodeclararam mulheres negras ingressantes no curso de Serviço Social da PUC-Rio nos anos de 2018 e 2019, pois elas vivenciaram parte dos seus cursos de graduação de forma presencial, antes do período pandêmico.



## 2

### **POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL – ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS**

As Políticas de Ações Afirmativas são medidas destinadas aos grupos que vivem em condições de desigualdade social - excluídos -, com o objetivo de diminuir essas desigualdades históricas e, portanto, oportunizar o acesso desses sujeitos aos espaços de decisão e poder. Por isso, das políticas de Ações Afirmativas executadas no Brasil, destaca-se as voltadas à população negra, recorte social que compreende grande parcela da população sem acesso aos serviços básicos, como educação de qualidade, desvelando um cenário potencialmente desigual. Cuida-se sinalizar que os dez anos de políticas afirmativas potencializaram o ingresso da população negra no ensino superior, contudo a dinâmica nos espaços universitário desse segmento desvelou desafios quanto a permanência, já que a rotina acadêmica traz consigo necessidades que acompanham toda a trajetória estudantil, e não se pode ignorar esses desafios, cujas dificuldades, sobretudo materiais, geram consequências como a evasão. É nesse panorama que o presente estudo empreende esforços epistemológicos a fim de investigar o acesso, mas também a permanência no ensino superior a partir das políticas de ações afirmativas, assumindo como recorte as mulheres negras beneficiárias dessa política.

A categoria Ação Afirmativa foi assumida na perspectiva de discutir conceitualmente o tema, devido à política estar ligada diretamente com a inserção de grupos que são excluídos historicamente de locais considerados como espaços de prestígio social, sobretudo as mulheres negras, gerando melhores condições de vida. Dessa forma, entende-se a necessidade de citar os conceitos apontados por autores sobre as Políticas de Ação Afirmativa.

Gomes (2001) conceitua a Ação Afirmativa como “(...) políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (p.132). Políticas sugeridas ou propostas por movimentos sociais, pelo Estado e entidades privadas, para o combate às discriminações culturalmente e socialmente enraizadas, para que haja a transformação cultural e social, para que os espaços sejam igualmente possibilitados a diversos grupos sociais.

Na mesma linha Miranda (2020) escreve que:

(...) as ações afirmativas, são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com os objetivos de eliminar desigualdades

historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização (MIRANDA, 2020, p. 105).

Para a autora supracitada, as PAA são ações relacionadas à promoção de igualdade social, em função das disparidades constituídas a partir da história de discriminação e marginalização de alguns grupos sobre outros.

Para Santos (2012) a Política de Ações Afirmativas são mecanismos que visam à inclusão, por meio de condições e ofertas, dando a possibilidade do acesso de determinados grupos sociais, que sofrem com as desigualdades, ao mercado de trabalho, à política, ao ensino superior de qualidade e a muitos outros espaços.

Dessa forma, pode-se dizer que as PAA, agem na promoção da democratização na área da educação, política, mercado de trabalho, possibilitando o acesso de pessoas das camadas populares, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e outro grupos excluídos a acessarem diversos espaços sociais, permitindo que as desigualdades presentes na sociedade sejam reconhecidas pela população brasileira.

Nesse estudo tratamos das políticas de ação afirmativa, especialmente as de corte racial e voltadas para o ensino superior. Porém, para compreender as AAs no campo do acesso à educação superior é imprescindível contextualizar a atuação do Movimento Negro, movimento político que foi protagonista na implementação das ações afirmativas; bem como, uma breve reflexão sobre preconceito racial, discriminação racial e racismo.

A discriminação e preconceito racial surgem de forma global a partir da necessidade de classificação dos seres humanos por meio da raça, atrelada a constituição histórica econômica e política social. A partir do século XVII surge o iluminismo que Almeida (2020) descreve que “Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais”.

É associada a essa ideia, que surge a colonização no século XVII, com a perspectiva de “civilização”, em que Almeida (2020) pontua que:

(...), é neste contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade de razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, de África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2020, p. 28).

Dessa maneira, é importante pautar que o preconceito e a discriminação racial são formas de dominação, que potencializam as opressões e violações de direitos fomentando as disparidades sociais. O presente texto compreende preconceito como um pré-julgamento negativo do outro.

Nilma Lino (2005) escreve que:

Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (p. 54).

O preconceito e discriminação de raça tornou-se a forma de estabelecer o racismo na sociedade em sua forma política, econômica, transformando na realidade brasileira, indígenas e conforme o recorte do nosso estudo, os povos africanos e sobretudo mulheres negras; pessoas consideradas como “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. Uma desumanização que fomenta a discriminação e violações de direitos sofrida pelo povo negro (Almeida, 2020, p. 28).

Discriminação é compreendida neste estudo de acordo com o descrito por Nilma Lino (2005), essa autora considera que:

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

É a partir do preconceito e discriminação racial que o racismo se estabelece no mundo e no Brasil, que é o foco do nosso estudo. Neste contexto, cabe pontuar o conceito de racismo escrito por Silvio Almeida (2020) como:

(...) uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Cabe mencionar que independente do esforço antropológico feito para demonstrar que não há questões biológicas que inferiorizam algumas raças no século XX, sobretudo a raça negra, o racismo se perpetua globalmente e continua a gerar diversas desigualdades e violações de direitos a pessoas negras.

Segundo Junior (2021), no Brasil o racismo está presente desde o seu descobrimento, a partir da escravização dos povos indígenas, a fim de aumentar as riquezas do povo Europeu. A escravidão associada a acumulação de riquezas coisifica e desumaniza

os seres humanos, essa desumanização se perpetuou e gerou a mercantilização dos povos africanos. O período escravocrata gerou riqueza a muitas famílias brancas no Brasil, a desumanização do povo negro era lucrativa e constituiu as elites brasileiras.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, não por benevolência, mas por alguns fatores como a luta do povo negro que multiplicavam rebeliões no país, movimentos abolicionistas e a pressão europeia, a fim de mudar o sistema de lucro dos mais ricos. A abolição não foi um período de acompanhamento e inclusão do povo negro na sociedade brasileira, pelo contrário, gerou e gera até hoje a exclusão e marginalização dessa população.

As marcas do período escravocrata, que gerou e continua gerando um enorme abismo entre brancos e negros no Brasil, movimentou o povo negro, que a partir de suas dores, sofrimentos, torturas, mortes e enormes desvantagens sociais, lutaram por equidade em oportunidade para acessar espaços por meio da construção de políticas sociais que viabilizassem a inserção nos espaços que os possibilitariam melhores condições de vida. Uma das conquistas que possibilita até hoje o acesso de homens e mulheres negras ao Ensino Superior é a Política de Ação Afirmativa.

As Políticas de Ações Afirmativas surgem a partir da luta do movimento negro e movimento de mulheres negras que inicia a discussão sobre a exclusão, discriminação e negação de espaços às pessoas negras. O primeiro país a adotar a Política de Ação Afirmativa foram os Estados Unidos da América (EUA), com a intenção de atuar nos problemas gerados pela “marginalização social e econômica” do povo negro no país. (Gomes, 2001).

No Brasil, Santos (2012) descreve que as Ações Afirmativas surgiram com a intenção de reparar as desigualdades históricas provenientes do período escravagista e seus danos causados a população negra. Tais ações são oriundas da luta do Movimento Negro e de Mulheres Negras, que por décadas tem como pauta de luta o acesso de negros a espaços de poder e prestígio social.

João Feres (2018) afirma que as Políticas de Ações Afirmativas no Brasil nascem sob a influência dos EUA, a partir da luta e tensionamentos do movimento negro em função do Estado brasileiro, solicitando seus direitos, durante e massivamente após a ditadura militar (1964-1984).

Para Sabrina Moehleck (2004), a discussão de políticas que visam à igualdade racial não é recente no Brasil. O Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras vem pautando essa discussão há muitos anos.

Foi somente nos anos de 1980, com a redemocratização do país, que o então deputado federal Abdias Nascimento formulou o primeiro projeto de lei propondo uma “ação compensatória” ao afro-brasileiro em diversas áreas da vida social como reparação pelos séculos de discriminação sofrida. O debate, restrito até então ao movimento negro e a alguns intelectuais, amplia-se a partir de meados dos anos de 1990 (MOEHLECKE, 2004, p. 755).

A autora supramencionada escreve que somente em 1995 que o Presidente da República, pela primeira vez, reconhece as desigualdades raciais no Brasil e promove a organização de um evento para elaboração de ações que modifiquem as disparidades raciais e sociais. Porém, somente depois de oito anos que a discussão foi inserida nas agendas políticas nacionais por meio da apresentação “do programa de combate ao racismo apresentado pelo governo federal na Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizado em Durban, na África do Sul, em 2001”. E a partir dessa ação foram sendo criados programas de Ações Afirmativas que foram expandidos para todo o país. (Moehlecke, 2004)

Segundo Heringer (2018), as políticas de Ação Afirmativas foram sendo discutidas no Brasil a partir dos anos 90 e por intermédio de muita luta do Movimento Negro, a autora destaca que a conquista de tais políticas ocorreu em um ambiente de disputa e dificuldades para sua execução. A conferência mundial de Durban foi extremamente importante para a ampliação do debate no Brasil, Heringer (2018) escreve que:

Aqueles que estiveram de alguma forma envolvidos no processo preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, realizada em 2001, certamente se lembram dos intensos debates que subsidiaram a construção do documento brasileiro levado à conferência, bem como as dezenas de eventos que aconteceram em todo o país visando ampliar a visibilidade deste debate e também ampliar as adesões de diferentes setores da sociedade brasileira, para além do movimento negro e antirracista e do movimento indígena, à causa das ações afirmativas (HERINGER, 2018, p. 10).

Na mesma linha, Clapp Salvador (2020) pontua que as reflexões e discussões sobre as desigualdades e opressões sociais, tornam-se componentes das “agendas públicas de debates” que auxiliam nas lutas por justiça e equidade social, gerando mudanças nas identidades e formas de viver. A autora descreve que “Além do mais, esses movimentos sociais fortaleceram uma perspectiva inovadora: a defesa dos direitos coletivos e culturais. A luta pelo direito dos grupos em situação de exclusão e subordinação se ampliou e se fortaleceu nas diversas esferas políticas” (p. 214).

Os Movimentos Sociais no geral trazem o fortalecimento político social no país e há muitos anos vem mudando o cenário político brasileiro com seus ensinamentos e movimentos, como as manifestações e reivindicações que mudam a realidade do país e

trazem politização à população. E a Política de Ações Afirmativas é fruto da luta dos movimentos sociais para a diminuição das disparidades sociais.

Clapp Salvador (2020) descreve que as Políticas Afirmativas estão sendo consolidadas no país “ao longo das últimas décadas”. Tornou-se necessária na perspectiva de enfrentar as desigualdades sociais, buscar a equidade para grupos oprimidos na sociedade brasileira, entre eles os negros, as mulheres, LGBTQI+, entre outros. A autora denomina a Política de Ação Afirmativa como um meio de oportunizar a inclusão de “grupos subordinados ou subalternizados”, tendo como objetivo a busca de igualdade de oportunidades.

Henringer (2018) pontua que, a partir dessas importantes ações e discussões sobre as disparidades sociais históricas, houve a divulgação através de pesquisas que demonstravam os dados de desigualdades no país, iniciando as políticas de reserva de vagas no Brasil e a implementação da Política de Ação Afirmativa a partir de 2002.

Os países que implementaram a Política de Ações Afirmativas têm o objetivo de oferecer aos grupos excluídos e discriminados igualdade de oportunidades em função das desvantagens históricas sofridas pelos povos escravizados (Munanga, 2001).

Para Gomes (2001), o objetivo das Ações Afirmativas é para além da igualdade de oportunidades é também “induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher”. Sobretudo, diminuir os efeitos gerados pelas discriminações sociais vividas por negros e mulheres ao longo da história brasileira.

No Brasil existem ações vinculadas a Política de Ação Afirmativa muito importantes para o acesso e representatividade do povo negro em espaços de poder e principalmente de mulheres negras, como a obrigatoriedade de mulheres em partidos políticos, porcentagem de pessoas com deficiência em empresas, entre outras ações que promovam a diminuição das disparidades sociais.

Como podemos ver, a Política de Ação Afirmativa foi constituída no Brasil, por meio da luta dos Movimentos Sociais na perspectiva de conquistar espaços historicamente negados a grupos sociais marginalizados, escravizados, que foram excluídos, fazendo com que se perpetuasse as desigualdades sociais. Dessa forma a Política de Ações Afirmativas é um importante mecanismo de inserção de grupos específicos como, mulheres, LGBTQIA+, negros, pessoas com deficiência, indígenas, entre outros em diversos espaços

de prestígio social e principalmente no ensino superior brasileiro, como uma forma de reparação histórica e cultural, trazendo mudanças sociais a esses grupos.

## 2.1

### **A Política de Ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro**

A necessidade da implementação das Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior ocorre em função das desigualdades sociais, mas para além delas, o próprio sistema de ensino brasileiro é desigual, hierarquizado e excludente. Segundo Tânia Jardim (2018), “a educação superior é um dos mais eficazes mecanismos de controle social e reprodução da desigualdade”. Cabe mencionar que as escolas de ensino básico de qualidade são privadas e o ensino superior público é o de melhor qualidade, o que com as provas de vestibular, que exigem um conhecimento básico de muita qualidade, não permite acesso igualitário entre pessoas abastadas e das classes populares.

O que nos faz compreender que a Política de Ação Afirmativa é uma forma de permitir o acesso de pertencentes as classes populares e proporcionar a diminuição das desigualdades que se perpetuam no sistema educacional brasileiro, de forma a mudar, tanto o perfil dos discentes dos espaços de ensino superior, quanto o cenário de educadores que estão passando conhecimento nesses locais que só é possível, por conta da luta do Movimento Negro.

Portanto, a luta do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras tem papel extremamente fundamental na inserção de pessoas negras em diversos espaços sociais, é por meio dessa luta muito cara, dolorosa e incessante que a Política de Ação Afirmativa se consolida no Brasil, permitindo que houvesse a diminuição das desigualdades sociais, sobretudo no espaço acadêmico.

A história da inserção de negros no ensino superior de forma massiva no Brasil ocorreu a partir da atuação do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras, que se inicia no século passado, especialmente com a atuação de Abdias do Nascimento a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que é um documento de referência aos direitos sociais conquistados por movimentos sociais.

Nos anos 1990 e 2000 ocorreram eventos importantes para a implementação da Política de Ação Afirmativa no Brasil, no ano de 1996 ocorreu o Seminário Nacional de Direitos Humanos, promovido pelo Ministério da Justiça, em que o tema era “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”. O evento foi sediado na Universidade de Brasília (UnB), onde ocorreu

a fala do então presidente Fernando Henrique Cardoso que reconhecia a existência do racismo e a necessidade da promoção de formas de combatê-lo. O que foi um grande avanço para a discussão e conhecimento populacional sobre as marcas do racismo na sociedade brasileira e as políticas de ações afirmativas como instrumento de reparação histórica (Santos, 2003, p.94; Jardim, 2018, p. 121).

A participação e representatividade de pessoas negras na política como Benedita da Silva e Abdias Nascimento, senadores, foram extremamente importantes para construir projetos de leis que tratavam sobre raça e gênero. Como a Lei Paim de 1997, que criminaliza as ações de crimes contra raça e cor. Outra Lei importante que atua na diminuição das desigualdades nos espaços acadêmicos foi a Lei de Participação de mulheres na política com a obrigatoriedade de 30% no mínimo de mulheres nos espaços deliberativos.

Outro ponto que merece destaque no debate referente às PAA e a desigualdade racial no Brasil, foram as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>4</sup> na década de 1990, na qual foram apresentados dados que demonstravam a desigualdade racial no país e apontavam o quão desigual é o acesso ao Ensino Superior entre brancos e negros, homens e mulheres. Os dados traziam a realidade de escolaridade e renda desses grupos, apresentando as disparidades sociais provenientes do racismo e machismo na sociedade.

Com a pressão do Movimento Negro, dos organismos internacionais, do trabalho de pesquisadores no campo da desigualdade racial, dos eventos já mencionados, o governo brasileiro passou a promover mais debates, discussões, e ações que colocassem em pauta a questão racial e a promoção de formas para mudar esse quadro de desigualdades históricas durante os anos 90.

Em 2001, ocorreu a aprovação da Lei 3.708/2001, a primeira política afirmativa legitimada pelos votos dos deputados estaduais do Rio de Janeiro, na Assembleia Legislativa do Estado que deliberou 40% de cotas para negros “no acesso às Universidades do Estado do Rio de Janeiro e Estadual do Norte Fluminense” (Jardim, 2018, p. 123).

A Conferência de Durban, já mencionada, também foi um evento de extrema importância para a discussão e implementação das Políticas de Ação Afirmativas no Brasil. Nos anos de 2002 e 2003 outras Universidades brasileiras adotaram as cotas como para

---

<sup>4</sup> Referência no debate das desigualdades sociais e mais especificamente raciais e no campo das Políticas de Ações Afirmativas.



negros, dentre elas está a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Federal de Brasília.

No governo Lula, no ano de 2003, houve a construção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com o objetivo de atuar contra as desigualdades raciais presentes no país. Ainda no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2004 foi criado por meio do Decreto de nº 5.159, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), dando foco e importância a alfabetização e a diversidade, sobretudo a étnico-racial nas políticas sociais e educacionais que foi uma área de preocupação e investimento desse governo.

A construção de espaços de discussão, representatividade e a formulação de políticas públicas relacionadas as questões de desigualdades raciais tem gerado inúmeros reflexos na inserção de negros no Ensino Superior brasileiro, o governo que deu maior abertura aos movimentos sociais e promoveu ações que atendessem as demandas de tais movimentos, possibilitou que em 2010 novas pesquisas apresentassem dados importantes de avanços no campos das Ações Afirmativas e pessoas negras nos espaços acadêmicos.

Tânia Jardim (2018) em seu livro cita Ristoff (2012) pontuando que:

Em 2010, as universidades já eram as Instituições de Educação Superior (IES) públicas com a maior proporção de reserva de vagas em relação ao número total de instituições (49 das 100 Universidades do país), com especial destaque para as universidades estaduais (24 das 37 adotavam algum sistema de reserva de vagas). Analisando os cursos de graduação, constatou-se que dos 7.305 cursos oferecidos por todas as IES públicas do país em 2010, 2.389 (32,7%) adotavam o sistema de cotas em seu processo seletivo (Ristoff 2012 *apud* Tânia Jardim 2018, p.125).

A autora supramencionada pontua que ocorreram mais importantes ações no campo das Ações Afirmativas em 2012, em que as cotas foram consideradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Outra ação foi a promulgação da Lei nº 12.711, que “prevê 50% das vagas reservadas e subdivididas” entre estudantes de escolas públicas com rendaper capta de um salário mínimo e meio, negros e indígenas. Segundo o Ministério da Educação a subdivisão de reserva de vagas ocorre por meio do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As lutas e tensionamentos ao governo brasileiro por parte do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras no Brasil, proporcionaram a implementação da Política de Ações Afirmativas que consequentemente gerou o acesso de pessoas negras e pobres ao ensino superior no país. A ocupação de espaços de prestígio social aos negros se deu por meio da luta e ações dos movimentos sociais que de diversas formas se movimentaram para que a educação brasileira de qualidade não fosse somente vinculada a pessoas

abastadas. Um dos movimentos sociais que atuou na Educação Popular, para auxiliar no ingresso de pessoas negras no Ensino Superior, foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes como veremos a seguir.

## 2.2

### **O Pré-Vestibular para Negros e Carentes e a sua atuação na inserção de pessoas negras nos espaços acadêmicos no Rio de Janeiro**

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes foi a principal referência para a inserção de pessoas negras e das classes populares no ensino superior, um movimento social constituído na década de 1990 trabalhando na educação popular. O primeiro núcleo do PVNC foi na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro em 1993, porém em 1994 foi o ano em que o pré-vestibular foi crescendo como movimento social de educação popular, tendo como pauta de luta principal, o acesso às instituições de ensino e “contra a discriminação racial” (Nascimento, 2005 p.1).

A intenção de promover um espaço de estudo e preparo para o ingresso no ensino superior se deu em função de algumas questões: a crise do ensino médio público e sua dificuldade no preparo dos estudantes para acessar a universidade e a desigualdade social e racial que reflete diretamente na dinâmica do ensino superior. Para que esse público conseguisse o acesso a tais espaços, o PVNC surge com o curso que iria auxiliar nesse ingresso, reforçando as matérias necessárias e logo na primeira turma, de cinquenta alunos, sete foram aprovados, “um estudante para a UERJ, uma aluna para a UFF de Niterói, um para a UFF da Baixada e quatro para a PUC-Rio” (Nascimento, 2005 p.2).

Para além dos auxílios dos ensinamentos necessários, o PVNC promovia em seus discentes reflexões críticas que contribuíram na transformação de consciência sobre a realidade socialmente vivida, na perspectiva da discussão de raça, gênero, classe, entre outras. Essas discussões, somadas ao ensino formal, promoveram a inserção de jovens das classes populares, negros e carentes, no ensino superior brasileiro, promovendo políticas públicas de acesso e permanência acadêmica.

A força da identidade do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, presente desde seu nome, mostrou à sociedade a necessidade de formar cursos preparatórios dirigidos a determinados grupos que não tiveram a oportunidade de frequentar uma universidade. A existência de sujeitos pertencentes a classes populares, de raça negra e/ou afrodescendentes e de outros grupos excluídos dos bancos universitários era uma realidade até então pouco visível. A denominação Pré-Vestibular para Negros e Carentes mostra, de forma evidente, a finalidade da organização: preparar exclusivamente jovens negros e pobres para serem aprovados no vestibular e cursar universidades com valor reconhecido (Clapp, 2020 p.216).

As ações dos Movimentos Sociais, unindo-se a luta contra as disparidades sociais geraram a oportunidade para que os pertencentes as classes populares, sobretudo negros, adentrassem aos espaços de prestígio social. Gerando a igualdade de oportunidades não somente na forma formal, escrita na constituição, mas na realidade da sociedade brasileira.

Segundo Andréia Clapp Salvador (2020), o Pré-Vestibular para Negros e Carentes foi um movimento que junto a outros lutou e luta pela causa dos negros e junto com a Igreja Católica tinha o objetivo de inserir pessoas pertencentes as classes populares nas Universidades. A autora destaca que Frei David foi uma importante liderança no movimento, um referencial de luta e trajetória pelo acesso de negros e pobres às instituições de educação. De acordo com o texto, o movimento social nasceu na Igreja Católica por meio das reflexões feitas na Pastoral do Negro de São Paulo, “entre 1989 e 1992”. Clapp Salvador (2020) destaca que:

Não se pode deixar de ressaltar que a primeira experiência concreta de concessão de bolsas de estudo para estudantes negros ocorreu na PUC de São Paulo, quando foram destinadas 200 bolsas para estudantes atuantes no movimento negro, uma experiência que não teve continuidade, mas foi uma importante inspiração na formação do PVNC.

A Política de Ações Afirmativas e o PVNC permitiram que negros e pertencentes às classes populares pudessem adentrar o espaço acadêmico e democratizar o ensino de algumas instituições. Segundo Gomes (2012), a luta por educação está na trajetória do movimento negro que busca a resolução de seus problemas na sociedade. Por meio dessa luta que o acesso à Universidade se tornou possível para negros, bem como a lei de cotas, o PROUNI e a filantropia, mas para além do acesso, existe a luta por permanência acadêmica.

A Política de Ação Afirmativa foi um instrumento utilizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para a inserção de pessoas das classes populares na Universidade, por meio das parcerias com os Movimentos Sociais, principalmente o PVNC.

## 2.3

### **Ação Afirmativa: O caso da PUC-Rio**

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma Universidade privada de caráter comunitário, que atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, pertence a Igreja Católica, está em 7ª colocação do ranking das melhores

universidades da América Latina<sup>5</sup>, encontra-se na Zona Sul do Rio de Janeiro, especificamente na Gávea, e é considerada a Universidade que forma a maior parte da elite brasileira. Foi criada no ano de 1946 por meio da iniciativa da Igreja Católica, do Padre Leonel Franca, e do Arcebispo Dom Sebastião Leme confiada aos Jesuítas. Livia Silva (2019), escreve que:

Inicialmente, seu funcionamento ocorria no Colégio Santo Inácio em Botafogo, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, somente com os cursos de Filosofia e Direito. No ano de 1946, houve a união com a Escola de Serviço Social, do Instituto Social do Rio de Janeiro, a partir desta junção, ocorreu a integração a Faculdades Católicas e reconhecida instituição foi considerada Universidade. No ano de 1960, foi observado que a produção científica não estava desatrelada da transmissão de conhecimento, motivando a criação dos primeiros laboratórios da instituição e a contratação de professores para trabalhar nas áreas de pesquisa e extensão em tempo integral (p.26).

A Universidade tem como marco referencial, servir a comunidade por meio do seu potencial acadêmico. A PUC-Rio atua para além do espaço acadêmico, atendendo as demandas da sociedade. Livia Silva (2019) discorre que a Universidade possui diversas ações sociais, como:

O Programa de Integração Universidade, Escola e Sociedade (PIUES), Núcleo de Estudo e Ação sobre o Menor (NEAM), Núcleo de Educação de Adultos (NEAd), Odontologia da PUC-Rio (IOPUC), Núcleo de Práticas Jurídico (NPJ), Projeto Universidade Comunidade (UNICOM), Comunicação Comunitária (ComCom), Rede de Apoio ao Estudante (RAE), Pré-Vestibular Comunitário SEJA +, Núcleo de Orientação e Atendimento Psicopedagógico (NOAP), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA), Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio, Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema), Instituto de Pesquisa e Ensino de Línguas (IPEL), Incubadora Social de Comunidades do Instituto Gênesis da PUC-Rio, Ambulatório Médico da PUC-Rio (MEDPUC), Serviço Comunitário de Orientação Psicológica (PSICOM), Projeto VENCER: Igualdade Capoeira, Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS), Convivência com BioChip – Grupo Aberto de Estudo Pesquisa e Desenho com Modelos Vivos, Programa de Bolsas e Auxílios e Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP) (p. 27).

Dentre os diversos serviços oferecidos pela Universidade encontra-se o Programa de Bolsas e Auxílios, que é o foco do nosso estudo na discussão do acesso e permanência de mulheres negras no ensino superior, discutiremos as ações promovidas pela Universidade na oferta de bolsas estudantis, que Segundo Tânia Jardim (2018), já ocorre desde 1960 declarações sobre a concessão de bolsas, em que foram oferecidas 76 bolsas parciais e integrais para discentes que não tinham condições de arcar com os custos da vida

<sup>5</sup> De acordo com os dados apresentados pela “Times Higher Education Latin America University Rankings 2020” a PUC-Rio está em 7º lugar das 177 Universidades da América Latina pelo terceiro ano consecutivo. Maiores informações disponível em: VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS. **Rankings**. Disponível em: <<http://vrac.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1353&sid=19#:~:text=A%20PUC%2DRio%20reafirma%2Dse,A%20m%C3%A9rica%20Latina%2C%2067%20delas%20brasileiras>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

acadêmica.

Na década de 70, com a intenção de obter um sistema de bolsas menos assistencialista, foi mudado o formato de concessão de bolsas, o chamado reembolsável, no qual os graduados ao final dos seus cursos reembolsavam a PUC-Rio que revertia o valor para outros discentes.

A partir dos anos 90, ocorreu uma grande mudança, a partir da Lei nº 8212/91, a Lei da Filantropia, que permitia diminuição ou isenção de impostos a partir de um caráter beneficente por parte das instituições privadas, no caso da PUC-Rio, houve a isenção de impostos por parte do governo e a concessão de bolsas de estudos pela Universidade.

A parceria da PUC-Rio com Pré-Vestibular para Negros e Carentes ocorreu neste momento, em que houve uma reorganização por parte da Universidade na concessão de bolsas e foram surgindo diversas modalidades de bolsas conforme descrito por Tânia Jardim (2018) as quais foram denominadas: “Bolsa PUC, Bolsa Filantrópica, PROUNI, Bolsa Estágio, Bolsa Esporte, Bolsa Coral, Bolsa Acordo Coletivo, Bolsa Fraterna, Bolsa Seminarista e Religiosos, Bolsas Doadas e Bolsa Ação Social”.

A Universidade em parceria com o PVNC teve como iniciativa no ano de 1994 a concessão das bolsas acadêmicas que tornava isento o pagamento das mensalidades durante toda a graduação, após aprovação no vestibular da PUC-Rio. Inicialmente, esta concessão acontecia apenas para pessoas ligadas ao PVNC e posteriormente foi expandida a outros movimentos sociais. Neste período a bolsa oferecida tinha como nome “bolsa ação social” que era voltada ao público militante, residentes das favelas e subúrbio do Rio de Janeiro. Porém, posteriormente o programa de bolsa foi se expandindo e tornou-se uma prática da Universidade.

De acordo com Tânia Jardim (2018), o Departamento de Serviço Social foi o primeiro a adotar a política no vestibular de 1995, onde construiu uma turma do curso para atender especificamente aos discentes dos cursos comunitários de pré-vestibular e pertencentes às classes populares. O que auxiliou na reabertura do vestibular para o curso na Universidade. O projeto foi uma parceria da Universidade junto aos movimentos sociais, que foi abraçado pelo Departamento de Serviço Social com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais, transformando a PUC-Rio em pioneira na Política de Ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro (p. 135).

É importante mencionar que a implementação das Ações Afirmativas na educação está vinculada à programas de acesso, mas também lhe cabe pensar sobre as estratégias de permanência, que também serão discutidas neste estudo. Dessa forma, é importante pensar

a Política de Ação Afirmativa não só como uma política de acesso, mas de permanência e sucesso acadêmico de discentes das classes populares no ensino superior. Dessa forma, cabe trazer reflexões sobre a categoria Assistência Estudantil e sua importância no percurso acadêmico dos discentes das classes populares.

### **3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

A Assistência Estudantil também faz parte da Política de Ação Afirmativa, é uma ação voltada para a permanência dos estudantes de grupos que sofrem com as desigualdades históricas, com o objetivo de auxiliar em suas demandas acadêmicas, gerando a diminuição da evasão e possibilitando a vivência plena da vida acadêmica desses grupos no espaço acadêmico.

Aparecida Miranda (2020) escreve que a Assistência Estudantil é uma estratégia que tem como objetivo a garantia da permanência, configurada como:

(...) uma política social de priorização, e tem como característica a seleção de um determinado público para ser alvo de uma ação de transferência de renda (auxílios) e outros serviços e benefícios, visando a garantia da equidade, oportunizando a justiça (p.29).

Rosélia Magalhães e Simone Menezes (2014) pontuam que as ações de Assistência Estudantil são uma forma de viabilizar a continuidade dos discentes em suas formações e para além disso, permitir que os estudantes das classes populares tenham sucesso acadêmico e condições para estudarem com qualidade de acordo com as suas particularidades, não sendo configurado como algo assistencialista, mas tornando-se política institucional para atender de forma qualificada e garantir o direito à educação de qualidade com igualdade de oportunidades.

Com essa categoria de análise, pretende-se pautar a discussão sobre a necessidade de ações que possibilitem a permanência no espaço universitário, para além das políticas de acesso. A necessidade da Assistência Estudantil foi consolidada no ensino superior brasileiro, em função do acesso de negros e pobres nesses espaços; se por um lado a oportunidade de acesso é importante, por outro não é suficiente para manter a formação acadêmica desses grupos sociais. Portanto, há necessidade de programas e projetos voltados para o auxílio à permanência, e foi por meio da luta do movimento estudantil, que se conquistou a possibilitasse da permanência de estudantes das classes populares nos espaços acadêmicos, até a conclusão de suas graduações (Lívia Silva, 2019).

Compreende-se que a vivência integral da vida acadêmica é preponderante para a trajetória de todos os universitários. A vida acadêmica, na sua completude, pressupõe a inserção em vários campos da academia, o que exige programas efetivos de assistência estudantil, tais como: alimentação, participação em seminários e congressos, alojamento, auxílio na compra de materiais, fotocópias, transporte, entre outros. Os discentes, das classes populares, não podem contar com suas famílias da mesma forma que os estudantes das classes mais abastadas, logo se torna necessária a luta por assistência estudantil (Rosana Heringer, 2018).

Cabe pontuar que os programas de Assistência Estudantil são a forma de manter estudantes das classes populares dentro do espaço universitário, é por meio desses programas que se torna possível a democratização do ensino superior de forma concreta para os discentes que não possuem condições de manter os custos da vida acadêmica.

Segundo Gisele Pinto (2015), no início do século XX já existiam ações de auxílio ao estudante para todo o “segmento estudantil” e outras destinadas ao ensino superior brasileiro, ao mesmo tempo em que as universidades foram sendo criadas<sup>6</sup>. A autora traz o exemplo da Casa do Estudante em 1929, uma entidade beneficente, sem fins lucrativos que tinha como objetivo o auxílio de discentes pertencentes às classes populares.

A Casa fora instalada em um prédio de três andares, localizado no Largo da Carioca, onde no primeiro andar funcionava um restaurante “popular” - ou “bandejão”, como se convencionou chamar - frequentado pelos estudantes pobres da cidade e também por “clandestinos”, ou seja, pessoas que se passavam por estudantes para usufruir do benefício. Essa Casa funcionou ao longo do governo Getúlio Vargas e recebia “vultosas doações federais”, mas mantendo-se como “entidade de apoio e solidariedade aos estudantes” voltada a atender aos estudantes que migravam de suas cidades para estudar tanto nas escolas secundárias quanto nas instituições de ensino superior da capital, destacadamente a Universidade do Brasil (Pinto, 2015, p.48-49).

A autora supramencionada descreve que o governo Getúlio Vargas tinha o compromisso de promover ações voltadas ao auxílio ao estudante, como a criação do fundo de educação, fornecendo gratuitamente o material didático, assistência médica, dentária, alimentar, bolsas de estudos, entre outras, legitimadas pela Constituição Federal de 1934, por meio do auxílio ofertado pelo programa de governo.

O auxílio ao estudante se tornou possível em função de um governo que tinha como bandeira o enfrentamento da questão social e reconhecimento das demandas sociais por

---

<sup>6</sup> A autora destaca que as instituições de ensino superior foram criadas a partir da chegada da família real em 1808. Porém, ocorreram inúmeras resistências e as tentativas de formação por esses espaços foram frustradas, “somente em 1909 e 1912 surgiram as primeiras universidades brasileiras, que são as Universidades de Manaus e Paraná, respectivamente” (Pinto, 2015, p.48).

meio das lutas e demandas dos movimentos sociais, sobretudo nesse caso, o movimento estudantil, “na intenção de controlar os novos setores emergentes que cresciam em paralelo com o processo de industrialização” (Pinto, 2015).

Vê-se que o governo atuava no enfrentamento da questão social em função do tensionamento dos estudantes e dos movimentos sociais, dentro um cenário de disputas por direitos, sobretudo o direito à educação pública, de qualidade e ao direito de se manter no espaço acadêmico.

No ensino superior, existe um marco, o Estatuto das Universidades do ano de 1931, no qual ocorreu um esforço para que as ações de assistência estudantil fossem institucionalizadas para atender os discentes pertencentes às classes populares. Por intermédio da Reforma Francisco Campos, legitimada pelo Decreto de nº 19.851 (Pinto, 2015).

(...) o então Ministro da Educação e Saúde propõe a organização dos professores universitários em uma associação de classe, denominada por “Sociedade dos Professores Universitários”, que sob a presidência do Reitor da instituição seria destinada a instituir medidas de previdência e beneficência voltadas ao corpo docente dessas instituições (Pinto, 2015, p. 50).

A autora supracitada discorre que, neste período, o acesso à educação superior era desigual, ingressado por poucos, devido à necessidade de pagamento de taxa aos que tinham interesse de estudar. O acesso por via de taxa se manteve até “meados de 1940”, quando em 1946 a Constituição Federal ampliou o texto possibilitando a previsão do acesso à educação acesso à educação de forma gratuita no ensino primário e era ampliada a pessoas que demonstrassem não ter condições de custear os valores do ensino secundário ao superior. Nesse mesmo período, a constituição visava que as instituições de ensino deveriam promover ações para que os alunos pertencentes às classes populares obtivessem a garantia do sucesso escolar por meio da assistência estudantil. Tais mudanças foram estendidas até 1964, representando a expansão das classes populares, nas qual ocorreram novas demandas sociais, com o tensionamento político da esquerda brasileira e do movimento estudantil ativo.

As organizações da juventude universitária, em especial a UNE, estendem sua atuação durante todo esse período, pautando principalmente o debate sobre a reforma universitária. Segundo Araújo (2007), o movimento estudantil, a partir do final da década de 1950, começa a debater sobre a democratização do ensino universitário. Para a autora, com a reforma os estudantes pretendiam transformar a universidade em um instrumento de desenvolvimento do país” (Pinto, 2015, p.52).

Essas discussões promoviam reflexões pautadas no elitismo das universidades, nas quais se pensava em um espaço acadêmico composto pelo povo, com a perspectiva de atuar



nos problemas sociais cotidianos. Nesse período, na construção da reforma universitária, o movimento estudantil realizou três seminários (1961, 1962 e 1963), nos quais foram produzidos documentos que expressavam a intenção dos estudantes de democratização do ensino, subsidiando a permanência estudantil dos discentes mais pobres. Os documentos produzidos nos dois últimos seminários propunham uma substituição à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, “que fora aprovada sem contemplar em seu texto as demandas estudantis” (Pinto, 2015).

A luta do Movimento Estudantil foi extremamente necessária para o entendimento da necessidade da Assistência Estudantil, mas não somente isso, foi necessária para que ela fosse implementada e gerasse a possibilidade da formação de discentes que não tinham condições de custear suas vidas acadêmicas.

Gisele Pinto (2015) menciona que no artigo 90 da LDB de 1961, a assistência estudantil é pautada como “assistência social escolar”, no qual estava descrito que era atribuição dos sistemas de ensino a fiscalização e estímulo dos serviços de auxílio médico, assistencial e odontológico aos estudantes. No artigo 91, existe uma questão específica de atendimento a essas demandas, em que os responsáveis escolares prestavam de atendimentos “através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade”.

A forma como a legislação se refere à assistência aos estudantes parece indicar que houve naquele momento uma busca dos legisladores em aproximar, ou mesmo unir, os serviços assistenciais prestados no âmbito da política de educação com aqueles que vinham sendo ofertados por meio da atuação de instituições “benéficas” privadas, criadas na década de 1940. Essas instituições eram mantidas com recursos do Estado, como era o caso da Legião Brasileira de Assistência, cujos serviços estavam voltados às camadas mais pobres da sociedade (Gisele Pinto, 2015, p. 53).

A autora supracitada escreve que na LDB de 1961 e na Constituição Federal de 1967 a educação é descrita como um direito de todos, sendo ministrada na escola e no lar, destacando no texto constitucional que a igualdade de oportunidade aparece pela primeira vez como um direito. No ensino superior, segundo o artigo 168 da Constituição Federal, sendo possível, o poder público trocaria as gratuidades por bolsas de estudo, com a finalidade de possuir o reembolso.

Gisele Pinto (2015) cita que, até 1960, a assistência estudantil era restrita, com ações pontuais “e dependente de vontade política para sua materialização”. Porém, na década de 70, ocorreram mudanças que possibilitaram a observação de um novo contexto no ensino superior brasileiro, provenientes da Reforma Universitária que ocorreu em 1968,

gerando modernizações graduais nas instituições de ensino federais, confectionais e estaduais.

As mudanças que ocorreram durante a história para a promoção da igualdade de oportunidades têm como ponta pé, a luta dos Movimentos Sociais, em cenários de inúmeras disputas, porque a educação sempre foi um espaço muito elitizado, permeado pelo privilégio branco. Neste contexto, a Assistência Estudantil, sendo atribuída como um direito aos que necessitassem dela, geraria a promoção de igualdade no acesso à educação. O que não era interesse das elites do país.

Por meio das lutas e conquistas que modificaram a educação no Brasil, o MEC entendeu a Assistência Estudantil como uma obrigatoriedade de serviço nacional a ser prestado aos estudantes pelo Estado, por órgãos competentes, que pensariam em estratégias de permanência para todos os graus de ensino, focando nos discentes mais pobres, possibilitando a eles acesso e permanência. As ações voltadas ao ensino superior eram nas áreas de alimentação, com a criação de restaurantes universitários, assistência médico-odontológica, moradia com os alojamentos, auxílios financeiros e apoio às atividades externas estudantis (Pinto, 2015, p.56).

Gisele Pinto (2015) discorre que o programa surge a partir da luta estudantil e a Reforma Universitária de 1968, da LDB de 1971, mas muito influenciada pela necessidade de ter qualificação no mercado de trabalho para um crescimento econômico do país, pois existiam discursos que não havia qualificação de mão de obra no Brasil (p. 54).

A autora supramencionada escreve que ao final dos anos 70 e início dos 80, houve um momento de retrocessos nas políticas educacionais, sobretudo nas de assistência aos estudantes, gerando a “extinção do DAE” e da Bolsa de Trabalho. Porém, o nome da bolsa continuou sendo utilizado nas instituições de ensino superior, devido a sua importância e continuidade por uns anos nos programas de assistência estudantil.

O processo de programas e projetos voltados à Assistência Estudantil no ensino superior só reaparece em 1988 com a Constituição Federal, em um momento de redemocratização no Brasil. Nesse momento a educação foi considerada um direito de todos, Pinto (2015) pontua que:

Destacam-se ainda no novo texto constitucional artigos que vão garantir direitos como a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”; a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”; a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” das universidades, as quais deverão obedecer “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988), além de outros de

suma importância para a construção de uma sociedade livre, democrática e baseada no princípio da justiça social (Pinto, 2015, p.59).

No ano de 1987 houve a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) ator político importante para a Assistência Estudantil, que junto aos gestores das instituições de ensino superior, pensavam nas condições da permanência estudantil diante de um período de tensões, retrocessos e avanços na educação. A partir dessas preocupações com o cenário na educação, ocorreu na década de 1990 a promoção de diversos encontros estaduais e nacionais, que formularam documentos que demonstravam a intenção de democratização do ensino pelos gestores das universidades, sobretudo pensando na manutenção da permanência estudantil (Pinto, 2015, p.60).

A década de 80 e 90 foi marcada pela luta da democratização do ensino superior, ainda que existissem inúmeros retrocessos no país com investidas neoliberais. Um ator político importante neste momento foi o Movimento Negro, que apontava dentro de dados publicados sobre as desigualdades raciais e sociais no Brasil, lutavam contra as desigualdades no sistema educacional, reforçando a necessidade de Ações Afirmativas no ensino superior para reparação das desigualdades históricas provenientes do racismo e escravização do povo negro.

### 3.1

#### **Assistência Estudantil na PUC-Rio: A história do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-RIO (FESP)**

A experiência da PUC-Rio no campo da assistência estudantil se inicia em 1994 com o ingresso dos pertencentes às classes populares, que eram alunos dos pré-vestibulares comunitários, foi consolidada por meio do Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC no ano de 1997, em função de ações coletivas por parte de funcionários, professores e de membros da Pastoral Universitária, devidos aos relatos de questões de saúde, como desmaios que estavam ocorrendo no campus por falta de condições econômicas para a manutenção da vida acadêmica dos discentes das classes populares. A partir dessa necessidade, surgem ações da Universidade, que ocorriam na Pastoral Universitária com auxílios emergenciais de transporte e alimentação, em que o discente escolhia um dos auxílios diários para garantir a permanência na faculdade. Essas ações ocorriam por meio do auxílio financeiro gerado por um fundo emergencial da Universidade (Lívia Silva, 2019).

Marcela Affonso (2018), escreve que o reitor da PUC-Rio, Padre Jesus Hortal, convocou pessoas para contribuir com o fundo emergencial para auxiliar os discentes bolsistas. A autora menciona que:

O Reitor da época, Padre Jesus Hortal Sanches S. J. convocou toda a comunidade PUC, através de uma circular para uma campanha de arrecadação de doações para compor o fundo. Com este documento a Reitoria determinou que este fundo fosse coordenado e desenvolvido pela Divisão de Pastoral Universitária – DPU que instituiu o Dia da Solidariedade Universitária que aconteceu dia 03 de abril de 1997, que ficou conhecido como a data de fundação do FESP. Em 11 de agosto de 1997, nasce o regulamento do FESP, com sua natureza, objetivos, público-alvo e funcionamento (Affonso, 2018 pg. 39).

Por meio de tal ação, ocorreu a possibilidade do atendimento a mais alunos e, com o aumento da demanda, foi necessária a contratação de um funcionário para a administração do projeto. No ano de 2000, ocorreu à elaboração de um documento que tinha como objetivo descrever o projeto para a conquista de patrocínio de outras instituições. Lívia Silva, 2019 descreve que:

(...) foi elaborado um documento descrevendo as ações, escrito por Padre Emmanuel da Silva (Coordenador da Pastoral na época), tornando o FESP um projeto, com a intenção de conquistar financiamento de outras instituições e empresas. Após um ano, Padre Emmanuel da Silva enviou o documento e um relatório escrito por uma Assistente Social da VRC, à Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS), anteriormente chamada de Sociedade Brasileira de Educação (SBE), com as informações da quantidade de alunos que eram atendidos e quantos ainda estavam na lista de espera. Em 2002, a ANEAS aprovou o projeto que, imediatamente, passou a atender 400 discentes com auxílios alimentação e transporte em dias de aula (p.30).

O Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP) teve o financiamento em 2002, aumentando sua demanda de atendimento, porém com novas exigências, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS) solicitava que houvesse prestação de contas para que o convênio fosse renovado com a PUC-Rio, por intermédio de relatórios semestrais, visitas às instituições e prestações de contas.

No ano de 2005 deram início à contratação de Assistentes Sociais para atuarem nas análises socioeconômicas, em 2007 o FESP foi transferido da Pastoral Universitária para a Vice-Reitoria Comunitária, construindo formas de melhor atendimento às demandas e dando novos auxílios para além de transporte e alimentação (moradia, xerox, livros). No ano de 2013 o FESP foi integrado a Coordenação de Bolsas e Auxílios, pois os discentes do programa de bolsas eram os mesmos atendidos pelo FESP, em 2014 o programa perdeu o financiamento, diminuindo a quantidade de auxílios e mantendo somente transporte, alimentação e xerox. Lívia Silva (2019), menciona que:

(...) para a inserção de novos discentes, eles precisam estar dentro de um perfil estabelecido para atendimento: ser bolsista filantrópico ou ProUni, possuir renda per capita bruta de um

salário mínimo e meio, até um salário de renda líquida. Ao serem incluídos os estudantes devem atender aos critérios para manutenção dos auxílios, que são: Renovar os auxílios semestralmente pelo Sistema de Gerência Universitária do FESP (SGU FESP) e manterem as bolsas cadastradas através da reavaliação socioeconômica anual (p. 30).

Antes do período pandêmico as inscrições para participar do FESP ocorriam mensalmente no Sistema de Gerência Universitária (SGU) e semestralmente eram ministradas reuniões explicando os objetivos e auxílios do projeto por profissionais que atuavam no programa. A avaliação das inscrições ocorria por parte da Assistente Administrativa e a Análise socioeconômica por parte das Estagiárias do Serviço Social e a Assistente Social do FESP, que ao final das análises enviavam e-mails para informar aos alunos os deferimentos e indeferimentos para a inserção no programa. (Lívia Silva, 2019)

Os auxílios recebidos pelos discentes são: transporte, de acordo com o trajeto do aluno; alimentação, uma por dia, conforme a grade de aulas; fotocópias que são doadas pela copiadora dos funcionários e copiadora da engenharia, com organização de horários e grupos para a retirada a fim de atender todos os auxiliados e os vouchers de crédito para a retirada de livros do sebo solidário no espaço físico da Costura e Lactário Pró-Infância (CELPI) em Botafogo, a partir da parceria com esta instituição no ano de 2019 (Lívia Silva, 2019, p. 31).

De acordo com o site<sup>7</sup> da Universidade os auxílios oferecidos pelo FESP atualmente serão demonstrados na quadro abaixo:

**Quadro 1 - Auxílios oferecidos pelo Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio**

<b>Auxílios oferecidos pelo Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio</b>
Alimentação (Uma diária)
Transporte (Casa – Universidade – Casa)
Outros auxílios socioassistenciais <sup>8</sup> -

Fonte: Site PUC-Rio/FESP

De acordo com as informações do site:

Tais ações são realizadas ao longo de todo o ano, respeitando o calendário acadêmico e as demandas apresentadas pelos alunos. Os beneficiados recebem o transporte no trajeto

<sup>7</sup> PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Bolsas e Financiamentos da VRC**. Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrc/cba\\_fesp.html](http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrc/cba_fesp.html)>. Acesso em: 09 jul. 2022.<sup>8</sup> Os auxílios socioassistenciais oferecidos pelo FESP no período de estágio da autora (2018-2019) eram: fotocópias, livros doados por ex-alunos e auxílios pontuais de acordo com a necessidade dos alunos e a possibilidade de atender a demanda dos discentes pelo programa. Ex.: óculos, questões de saúde.

residência-universidade-residência e uma alimentação diária a ser consumida no bandeirão da universidade.

Cabe mencionar que, no período pandêmico, o FESP se manteve auxiliando alunos da PUC-Rio, ofertando o auxílio alimentação com cartão de R\$150,00 reais por aluno, e atuando junto ao Projeto Inclusão Digital<sup>9</sup> que fez empréstimos de notebooks, doação de chips de internet com pacotes de dados. Tais auxílios foram iniciados no segundo semestre de 2020.

É através desse projeto que discentes das classes populares, são auxiliados e conseguem manter-se no espaço universitário até as conclusões de suas graduações, em função da necessidade de auxílio financeiro para os grandes e múltiplos deslocamentos diários, entre trabalho, estágio, universidade, casa, entre outros, para além do deslocamento, a alimentação e manutenção das leituras.

Tendo em vista que as estudantes do DSS da PUC-Rio fazem parte do programa afirmativo da universidade e que são majoritariamente negras e oriundas das classes populares, a seguir traremos elementos que ampliam o debate acerca da vivência das estudantes negras no campo da educação superior.

---

<sup>9</sup> Maiores informações disponíveis em: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Inclusão Digital**. Disponível em: < <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrc/inclusaodigital/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

## 4

**MULHERES NEGRAS: ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Os apontamentos feitos nesta categoria pretendem reconhecer as desigualdades históricas de acesso das mulheres negras à educação no Brasil, pautando o período escravocrata, o patriarcado no processo histórico-social e pensando os locais colocados pela sociedade a essas mulheres. Segundo Souza (2014):

A desigualdade que está inserida na realidade das mulheres é claramente identificada nas relações de hierarquia (seja no trabalho, ou na própria relação familiar) de maneira simbólica ou explícita. Pesquisas orientadas pela categoria de gênero revelam que as diferenças atribuídas aos homens e às mulheres produzem e reforçam relações de poder. Estas diferenças são estabelecidas em contextos históricos de dominação masculina que persistem no tempo (p. 118).

No contexto histórico brasileiro, para além do patriarcado, esse sistema hierárquico de homens sobre mulheres, ocorreu o período escravocrata, no qual homens e mulheres negras foram escravizados. Em função disso a população negra do Brasil sofre impactos sociais provenientes da história de escravidão, a qual foi colocada totalmente contra suas vontades. Nesse sentido, esse processo, sob ótica interseccional, desvela a opressão e suas intersecções, como o machismo e o racismo histórico estrutural do Brasil.

Henriques (2017) descreve que desde o período colonial as mulheres negras são colocadas no trabalho doméstico, no cuidado com a casa e filhos de suas sinhás e a educação era somente para homens brancos pertencentes à burguesia. A autora continua escrevendo que “(...) nascer mulher, negra, pertencente à classe trabalhadora, se constituía em sinônimo de infortúnio, pois as chances de conseguir ter acesso à educação, ao trabalho bem remunerado, a um casamento, eram ínfimas às mulheres negras” (p.153).

As mulheres negras eram destinadas a serviços que não as possibilitavam acesso a direitos, que não as permitiam sair do ciclo de escravidão, que não deixava que tivessem suas próprias escolhas de vida.

bell hooks<sup>10</sup> (2014) em seu texto traz reflexões que relatam as diversas questões de opressão vivenciadas por mulheres negras, que perpetuavam não somente as desigualdades de raça, mas também as de gênero, fazendo intersecção e gerando disparidades ainda maiores. Lélia González (2020), na mesma linha, escreve que no Brasil, as mulheres negras tinham duas funções, o trabalho escravo nas terras e ser mucama, manter o funcionamento

<sup>10</sup> O nome da autora é Gloria Jean Watkins, mas em homenagem a sua bisavó, ela utilizava bell hooks. O nome escrito em letra minúscula é uma ação política “que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa”. O presente estudo respeita a escolha da autora (Furquim, 2019).

da casa dos senhores de terras, cuidando da casa, de seus filhos, abusadas sexualmente. Isso permite depreender que não tinham acesso a direitos, vivenciavam, portanto, diversas violações.

O acesso de pessoas negras nas instituições de educação no Brasil nunca foi fácil, sobretudo para mulheres negras, tendo em vista o privilégio branco e a negação de espaços de poder aos negros. O acesso ao ensino formal foi permitido aos negros somente no momento de interesse econômico, no qual o ensino foi visto como forma de qualificação para o mercado de trabalho.

Henriques (2017) destaca que não era uma agenda de governo inserir pessoas negras no sistema educacional, só ocorreu por meio das lutas do Movimento Negro e as Ações Afirmativas. A autora continua escrevendo que:

Schueler (1999) cita que a mulher trabalhadora não tinha direito à educação, nem sequer era mencionada na legislação que regulamentou o ensino primário e secundário, em 1854, através da promulgação da lei 1331-A. Essa legislação preconizou o acesso da população livre, vacinada e não portadora de doenças contagiosas às escolas criadas pelo Ministério do Império, porém, não era permitida a presença de escravos, sequer de mulheres negras ou mestiças livres (Henriques, 2017. p 155).

No período da república houve modificações na legislação da educação e entre elas, a inserção de negros no ensino primário e secundário, mas não havia apoio social, nem governamental, pois o pensamento social era que seria uma ameaça dos negros nos espaços de educação pública. Angela Davis (2016) destaca em “Mulheres, raça e classe” que era um crime que pessoas negras tivessem acesso à educação, porque a luta por liberdade do seu povo era uma frequente pauta de luta do povo negro e não interesse dos brancos por essa liberdade.

A educação para pessoas negras é de suma importância, tendo em vista, as melhores condições de vida, trabalho que a formação educacional pode proporcionar, diminuindo as desigualdades sociais provenientes da historicidade machista e racista brasileira. Porém, esse espaço sempre foi de grande disputa política de interesses econômicos sociais por parte do governo, mas que nunca conseguiu fazer o Movimento Negro parar de lutar.

As mulheres negras em sua grande maioria são trabalhadoras e exercem múltiplas tarefas, acumulando atividades domésticas e profissionais. O trabalho para elas são uma necessidade para a sobrevivência e afeta diretamente as relações de vida dessas mulheres em várias áreas em função das múltiplas jornadas de vida, um problema gerado pelo período escravocrata, no qual a mulher negra tinha que dar conta de tudo, mas é dessa forma, ainda que exploratória, que essas mulheres seguem na luta por dignidade e melhores



condições de vida. O espaço acadêmico é um dos locais dentro do sistema educacional que pode promover a ascensão social que as mulheres negras almejam (Gonzaléz (2020); Henriques 2017).

É neste contexto que discutimos a realidade de mulheres negras no Brasil, mulheres que lutam em busca de ascensão social, mas não sozinhas e não somente por elas, mas para os seus. Tendo como foco do estudo a educação superior, entendendo que é um campo de mudança de vida das mulheres negras, é que discutiremos o acesso à Universidade para mulheres negras.

#### 4.1

#### **O acesso de Mulheres Negras à Universidade**

O acesso de mulheres negras na Universidade ocorre a partir da luta do Movimento Negro e Movimento Negro de Mulheres, porém, essa realidade vem sendo modificada ano após ano. Para melhor compreensão do ingresso de mulheres negras no espaço acadêmico cabe uma contextualização histórica neste capítulo.

Lélia Gonzalez (2020) descreve que em 1969 a quantidade de mulheres proporcional a homens nas Universidades brasileiras era metade, de 200 mil homens havia 100 mil mulheres, na década de 70 o número aumentou consideravelmente e as mulheres nos espaços universitários eram 500 mil. Porém, a autora traz essa realidade a partir das mulheres do país no geral e enfatiza que essa realidade era pautada em mulheres brancas.

A autora supramencionada pontua que a realidade de mulheres brancas e mulheres negras são diferentes, pautando sobre a realidade da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho em atividades manuais e as dificuldades da inserção em espaços de prestígio social em função de não serem brancas.

A realidade da mulher negra no Brasil, ainda que trabalhadora, estudante, não é a mesma realidade de mulheres brancas, as oportunidades e a realidade socioeconômica implicam diretamente nas condições de vida. O preconceito racial inibe possibilidades de acesso a espaços de poder, melhor qualidade de vida e ascensão social das mulheres negras.

Vivenciar o mundo pós escravidão para mulheres negras não é uma realidade fácil, os direitos sociais não garantidos perpetuam o racismo na realidade de mulheres negras todos os dias, desde suas infâncias. Lélia Gonzalez (2020) escreve em seu texto que permite refletir sobre as impossibilidades do acesso à educação sucumbidas pela necessidade

financeira de mulheres negras, no qual elas não acessam o ensino básico porque exercem o trabalho doméstico desde os oito, nove anos (p.160).

Magali Almeida escreve que:

Os estudos dedicados a compreender a iniquidade entre negros e brancos no Brasil, dificilmente não deixam de recorrer ao passado para compreender o presente. Com isso não estou afirmando que o calamitoso quadro educacional referente à população negra no momento atual, tem uma única causa: a escravidão. Ao contrário a escravidão tem um peso importante, mas, convenhamos, depois de extinta, nada foi feito em termos de políticas públicas que reparasse o peso do racismo e da discriminação responsáveis por manter os africanos e seus descendentes em condições de vida desumanas daquela época aos dias de hoje.

A realidade da luta do movimento negro por acesso a direitos básicos e a educação de qualidade traz à tona uma realidade dolorosa em que pessoas negras e sobretudo mulheres negras são colocadas para sobreviver na sociedade brasileira. E mesmo com diversos impedimentos e sofrimentos são essas as mulheres que se colocam na luta e unem pessoas negras para lutar por direitos e contra a realidade racial no Brasil.

A partir da força do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras que o acesso a Universidade se tornou possível a elas e a todas as pessoas negras no Brasil, por meio da voz de mulheres que sofreram e viram os seus ancestrais em sofrimento. Deste modo, a chegada aos espaços acadêmicos se tornou acessível. As políticas de Ações Afirmativas foram o pontapé inicial para esse acesso, porém, não é o suficiente para a permanência de mulheres negras em seus cursos de graduação e pós-graduação também.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi um espaço que por meio da parceria com os Movimentos Sociais, sobretudo com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e Movimentos Negros, possibilitou o acesso e permanência de mulheres negras na Universidade desde a década de 90. O recorte do estudo está pautado no Departamento de Serviço Social (DSS) como o primeiro a aderir ao programa de bolsas ofertadas pela Universidade na graduação e sobretudo porque o curso é majoritariamente composto por mulheres.

## 4.2

### **O Perfil dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Rio**

Como descrito anteriormente, o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio (DSS PUC-Rio) aderiu às ações afirmativas prestadas pela Universidade desde a sua implementação. Nesta perspectiva, cabe pontuar o perfil dos discentes do DSS PUC-Rio

matriculados nos anos de 2018-2021, no intuito de entender qual o perfil do alunado do curso.

É importante ressaltar que a presente pesquisa foi realizada diante da pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov-2, conhecido popularmente como coronavírus ou COVID-19. O que impactou profundamente no percurso metodológico do presente estudo, nos levando a reformular nossas ambições metodológicas para fins de adequação ao atual contexto epidemiológico. A inserção no campo de pesquisa realizou-se de forma não presencial, por meio da utilização de plataformas digitais gratuitas, que possibilitaram o contato com os discentes do curso de Serviço Social da PUC-Rio.

Conforme sinaliza Minayo (2009), entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática na abordagem da realidade. Diante do cenário sanitário, optamos por abordagens quantitativa e qualitativa, na perspectiva da utilização de dados estatísticos e particulares dos sujeitos para fundamentação das nossas hipóteses e objetivos. Neste estudo, as análises se complementam. Consideramos que as questões da investigação científica estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas (Minayo, 2009, p.17).

A pesquisa ora apresentada discorre acerca do perfil sociodemográfico dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade, futuras assistentes sociais. Desta forma, reafirmamos o nosso compromisso ético-político e teórico-metodológico, com a construção de pesquisas, estudos e políticas públicas calcadas numa perspectiva antirracista para com os estudos do Serviço Social.

Cabe ressaltar que os desafios que permearam a construção do presente estudo, devido ao cenário epidemiológico, atravessam diretamente a permanência estudantil de mulheres negras no Ensino Superior brasileiro. A começar pelo fato de que, com a pandemia, o tripé ensino, pesquisa e extensão funcionou de forma remota/híbrida por meio de reuniões on-line realizadas em aplicativos como Zoom e Google Meet, devido a necessidade de isolamento social e distanciamento como estratégia para contenção da propagação do vírus. Anteriormente a COVID-19, alguns estudos já apontavam que estudantes universitários enfrentavam desafios que afetam a saúde mental, com a pandemia o estudo de Oliveira *et. al.* (2022) sugere que a saúde mental dos estudantes foi afetada pelo isolamento social imposto por ela, com maior intensidade entre as mulheres. Nesse contexto, muitos estudantes trancaram suas matrículas e não permanecerem no ambiente universitário.

Sendo assim, para melhor compreensão do perfil dos discentes, foi enviado um formulário para os estudantes do curso de Serviço Social da PUC-Rio – tendo em vista o tempo pandêmico<sup>11</sup> – no qual os alunos responderam questões referentes ao número de matrícula, idade, identidade de gênero, raça, etnia, se possuem filhos etc., (Apêndice 1).

O formulário foi enviado para os alunos do curso de Serviço Social no final do ano de 2021. Para a realização das entrevistas foi necessário fazer um contato com os componentes do Centro Acadêmico de Serviço Social Zica de Oliveira (CASS Zica de Oliveira) e com representantes das turmas para explicar os objetivos da pesquisa e solicitar ajuda para termos o contato com as estudantes. As representações das turmas concordaram imediatamente e fizeram a nossa mediação com as alunas via WhatsApp.

Na primeira etapa da pesquisa, realizamos um levantamento com os alunos do DSS PUC-Rio matriculados nos anos 2018-2021. Para tal, enviamos um formulário online e obtivemos 33 respostas. Na segunda etapa, realizamos entrevistas com as alunas matriculadas nos anos 2018 e 2019 e que se autodeclararam negras, e obtivemos 5 respostas.

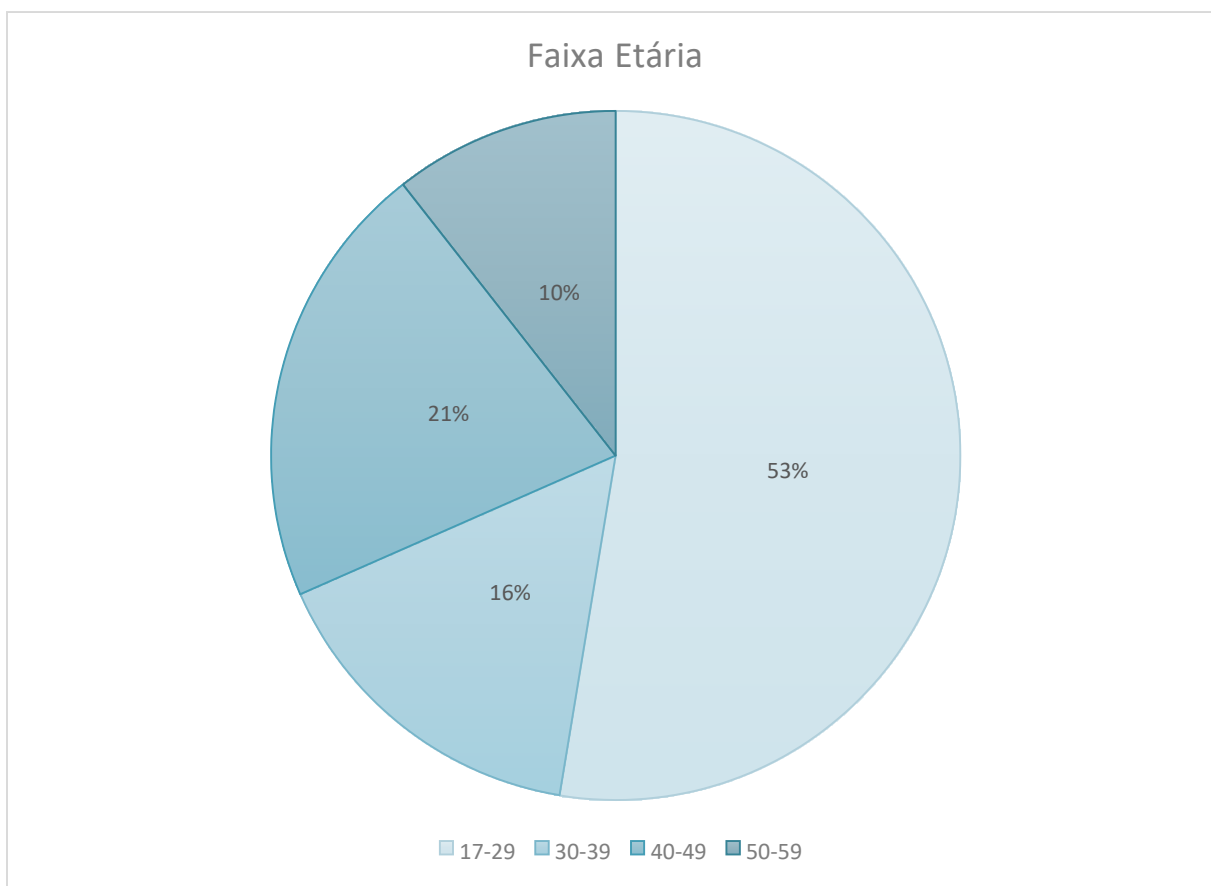
Para a realização do levantamento (primeira etapa da pesquisa) foi elaborado um formulário dividido em duas partes, com sessões que todos os discentes do curso poderiam responder. No que se refere ao formulário completo, obtivemos 33 (trinta e três) respostas. Dos estudantes que responderam, 9 ingressaram no ano de 2018, 2 em 2019, 10 em 2020, 11 em 2021 e 1 no ano de 2013.

Já para a realização da segunda etapa da pesquisa, entrevistamos as alunas que se identificaram como mulheres negras, matriculadas exclusivamente nos anos 2018 e 2019. Para esta etapa da pesquisa foi construído uma entrevista com 8 perguntas (apêndice 1) e no que se refere as estudantes que se autodeclararam negras, obtivemos cinco respostas.

Com o objetivo de demonstrar os dados coletados por meio do formulário enviado, serão apresentados gráficos e suas respectivas análises.

---

<sup>11</sup> A pandemia do coronavírus gerou a necessidade do isolamento social, o que tornou impossível as entrevistas de forma presencial, que era a ideia inicial no processo de obtenção dos dados da pesquisa.

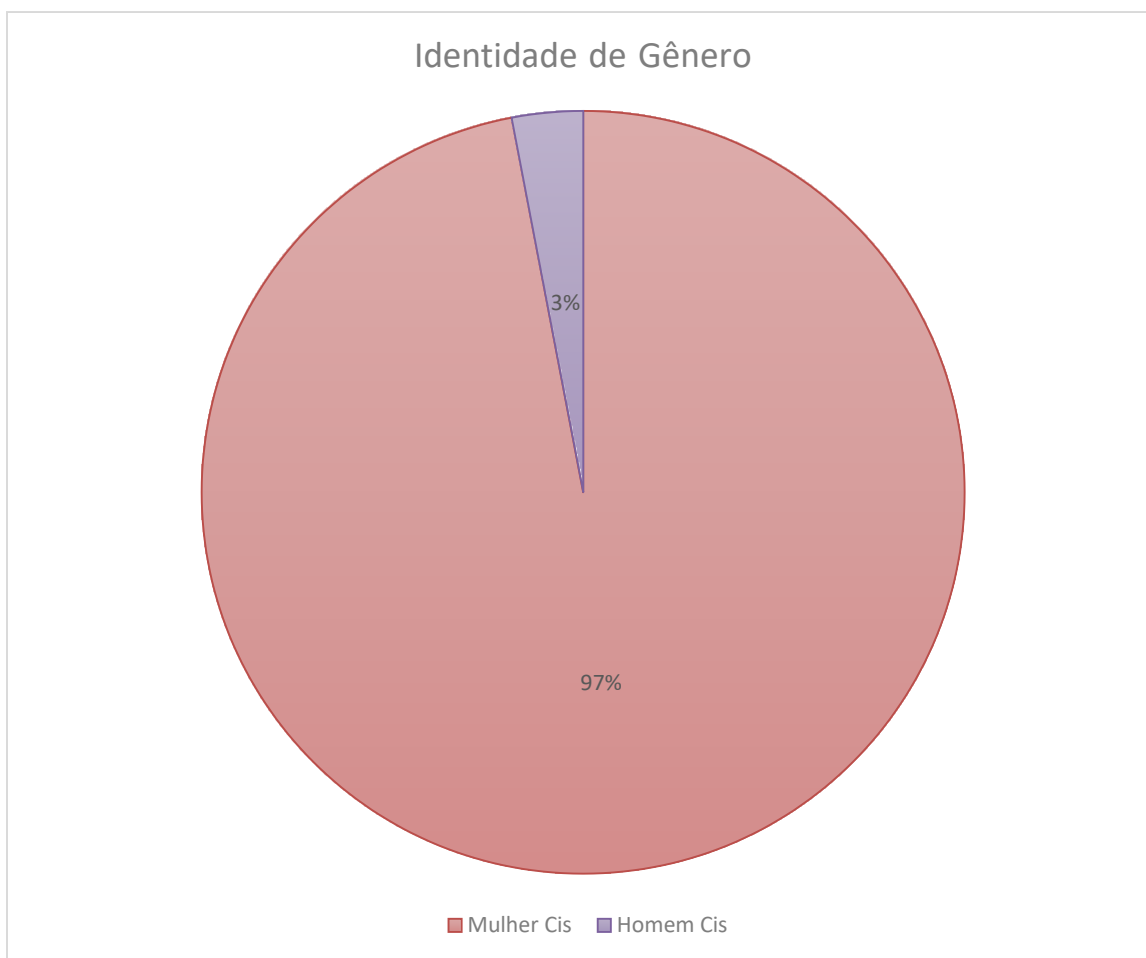
**Gráfico 1 - Faixa Etária dos discentes do Curso de Serviço Social da PUC-Rio**

Fonte: dados da pesquisa

Conforme apresentado, a idade dos discentes do curso está entre 17 e 57 anos, em que a maior parte dos discentes do curso possuem entre 17 e 29 anos. A maioria dos estudantes do curso estão dentro da faixa etária de “pessoas com idade de trabalhar” e reprodutivas, conforme pesquisa do IBGE (2019)<sup>12</sup>. O que reforça a importância de programas de Assistência Estudantil que auxiliem na permanência de discentes que possuem filhos durante o percurso acadêmico. Por exemplo, o auxílio-creche ou auxílio-escola.

<sup>12</sup> Segundo o site da Agência Brasil: “As mulheres que disseram querer engravidar ou não se incomodavam de engravidar na faixa etária de 15 a 49 anos de idade somavam, em 2019, percentual de 47,3%”. Informações complementares disponíveis em:

<&lt;https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/ibge-mulheres-somavam-522-da-populacao-nobrasilem2019#:~:text=As%20mulheres%20que%20disseram%20querer,27%20de%20julho%20de%202019.>>.

**Gráfico 2 - Identidade de Gênero**

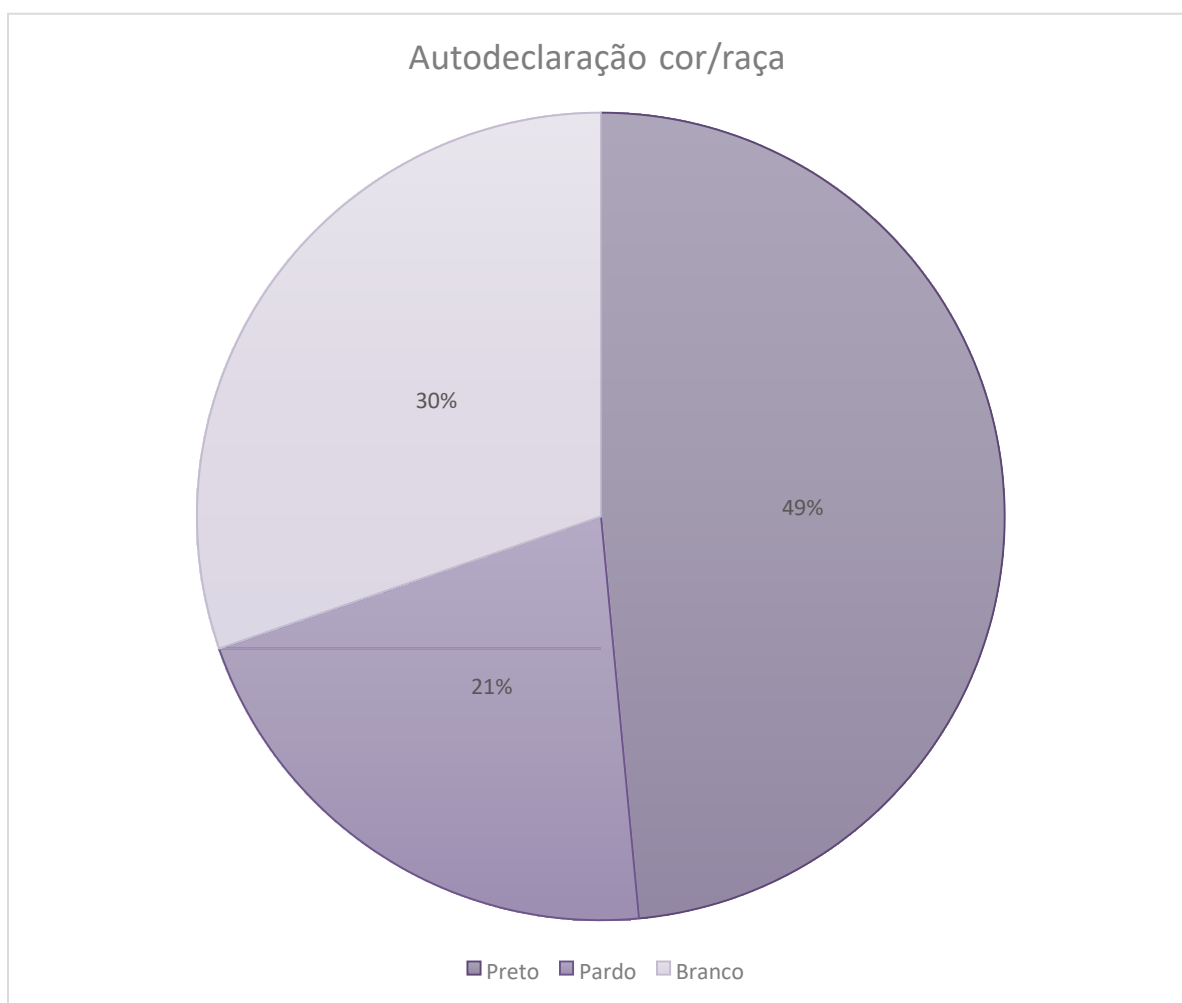
Fonte: dados da pesquisa

No formulário foram colocadas cinco identidades de gênero, a fim de que cada discente pudesse se identificar, respeitando a diversidade de gênero. As cinco são: Mulher Cisgênero, Homem Cisgênero, Mulher Transgênero<sup>13</sup>, Homem Transgênero e Não Binário<sup>14</sup>. As identidades de gênero apresentadas no gráfico acima foram as únicas colocadas pelos discentes, no qual apresentam que o curso é majoritariamente composto por mulheres. Dentro do número de respostas 32 são mulheres cisgênero e apenas 1 é homem cisgênero<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Conforme descrito por Jaqueline de Jesus (2013), pessoas trans são aquelas que “vivenciam papéis de gênero fora dos modelos normativos predominantes na sociedade, as quais se pode denominar genericamente como integrantes da população “transgênero”, composta predominantemente por travestis e transexuais, mas também por quaisquer outras pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente”.

<sup>14</sup> Não-binários são “indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, agenericidade, outrogenericidade, fluidez em suas identificações.” (Dos Reis, Raquel Pinho, 2016)

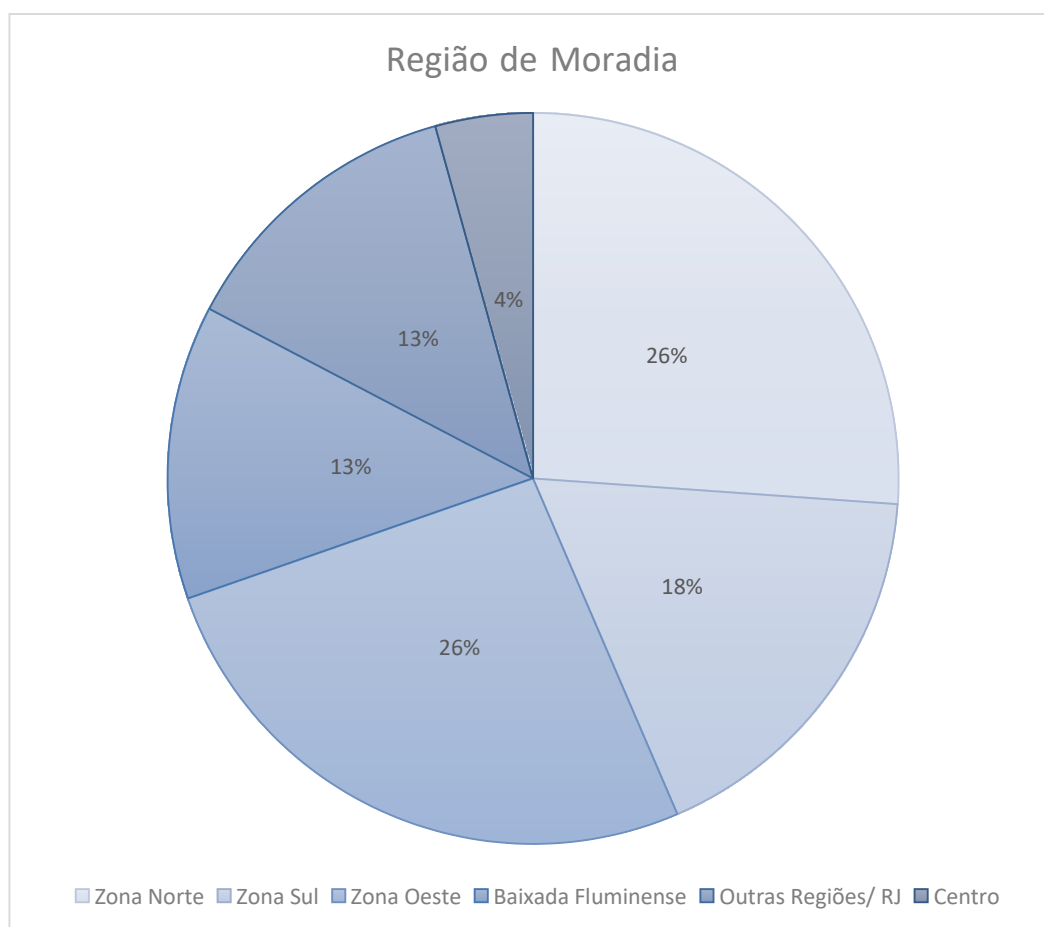
<sup>15</sup> Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2013), pessoas cisgênero são aqueles que “se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente”.

**Gráfico 3 - Autodeclaração de cor/raça**

Fonte: dados da pesquisa

Dentro do que foi perguntado no formulário existiam cinco alternativas de autodeclaração<sup>16</sup>, Preto, Pardo, Indígena, Amarelo e Branco, porém das cinco, apenas três foram assinaladas. Diante do exposto no gráfico, o curso é composto majoritariamente por discentes negras (pretas e pardas), o que reforça o tema da nossa pesquisa, trazendo a discussão da permanência no espaço universitário e a importância dos programas de assistência estudantil para a manutenção da vida acadêmica dessas discentes, não somente na perspectiva socioeconômica, mas pensando também nas disparidades sociais sofridas por pessoas negras desde o período de escravização.

<sup>16</sup> Utilizamos a classificação de quesito cor/raça determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), importante pontuar que segundo o IBGE pessoas pretas e pardas são identificadas como negras.

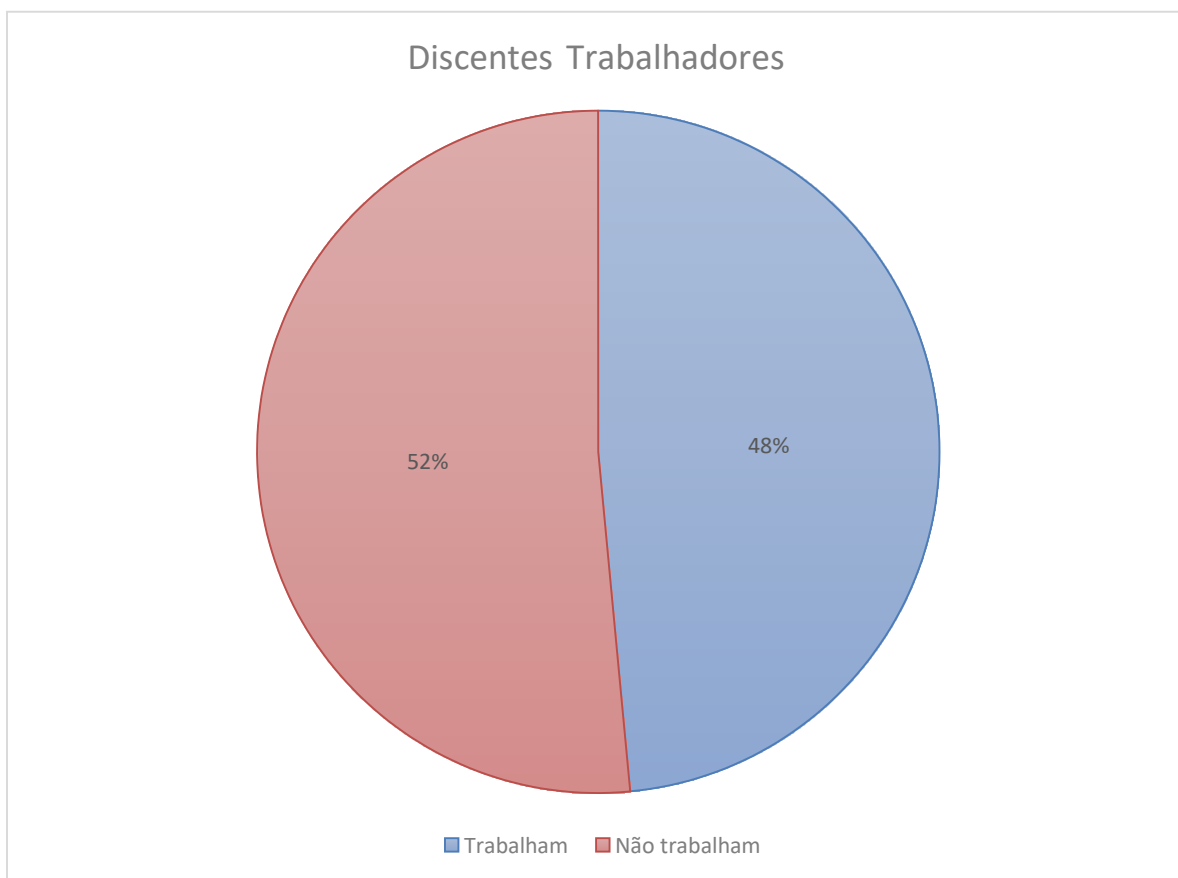
**Gráfico 4 - Região de Moradia**

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os dados coletados referente a moradia dos discentes do DSS PUC-Rio, os alunos residem em maior parte nas regiões Norte e Oeste do Rio de Janeiro, porém, o departamento possui discentes de diversas regiões e Cidades, as outras regiões expostas no gráfico estão ligadas a discentes que residem nos Municípios de Macaé, Angra dos Reis e São Gonçalo.

Cabe pontuar que somente 17% dos discentes do curso de Serviço Social da PUC-Rio residem em regiões próximas a Universidade e 83% dos estudantes residem em regiões distantes, o que aumenta o quantitativo de horas em que os discentes se deslocam para a universidade, além do tempo em que os estudantes passam em deslocamentos diários em suas múltiplas jornadas. Inclusive, segundo o IBGE (2021) o Estado do Rio de Janeiro, na relação da média brasileira de deslocamento, ocupa o primeiro lugar em perda de tempo no trânsito diário, entre as cinco capitais (São Paulo, Salvador, Manaus e Belém) que chega de 6h a 7h no horário do rush.



**Gráfico 5 - Estudantes Trabalhadores do DSS PUC-Rio.**

Fonte: dados da pesquisa

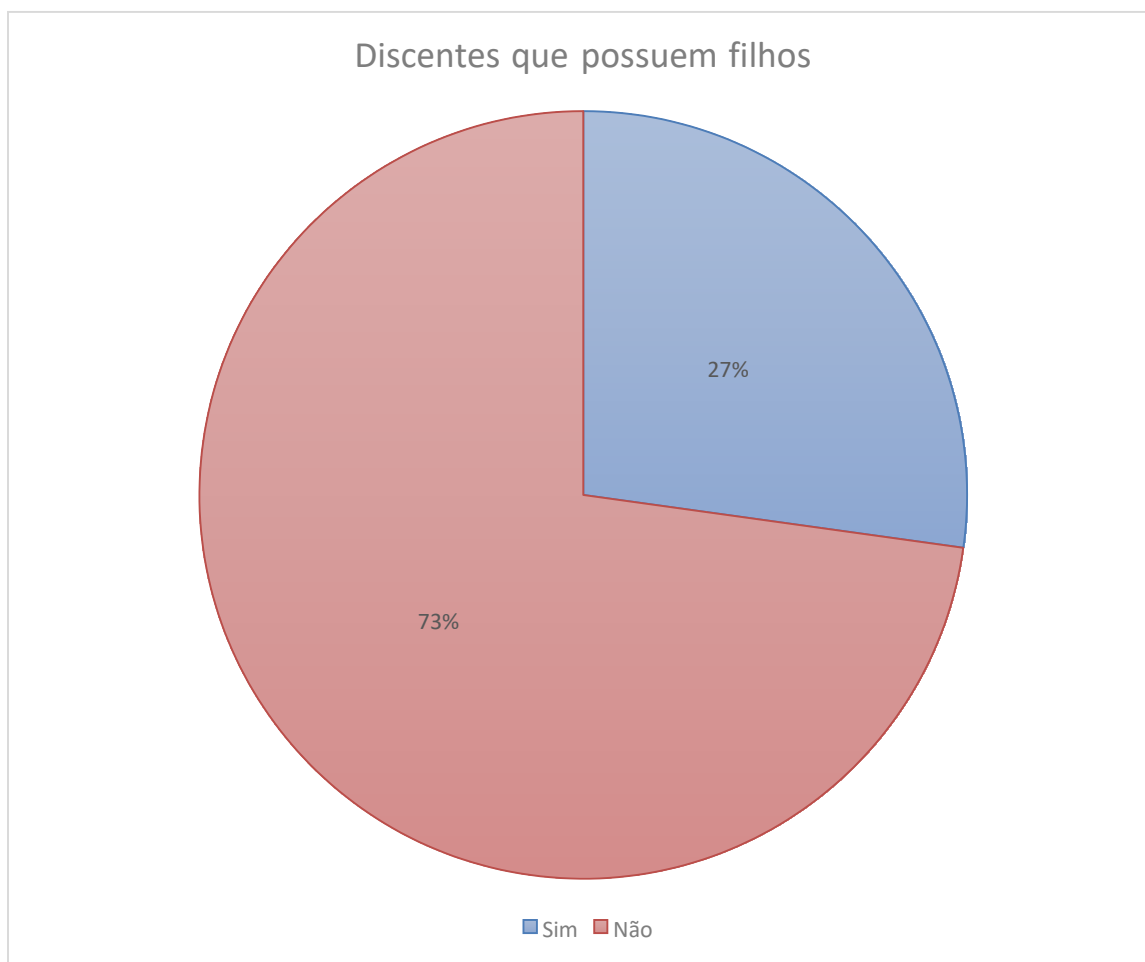
Dos 33 discentes do DSS PUC-Rio que responderam ao formulário, 16 são estudantes trabalhadores. Dentre os 16, 8 trabalham na mesma região de moradia e 8 trabalham em outra região de moradia. Porém, somente 1 dos entrevistados trabalha e estuda na PUC-Rio, 1 reside e trabalha em um bairro próximo a Universidade, as outras 14 trabalham e residem longe da Universidade. Os estudantes dos programas de AA são majoritariamente oriundos da classe trabalhadora e necessitam da renda para sobreviver e muitas vezes são os principais provedores da própria família.

Uma realidade que aponta para as dificuldades enfrentadas por estudantes que trabalham e estudam, de ter uma formação com maior participação nas atividades ofertadas no campus universitário. Por exemplo: participação em seminários, grupos de pesquisa, atividades acadêmicas, entre outros espaços.

Trata-se de uma realidade que atinge as classes populares e principalmente as mulheres negras que têm que assumir uma dupla ou tripla jornada. As múltiplas tarefas desenvolvidas por estudantes são ainda acrescidas quando elas são mães, conforme pode

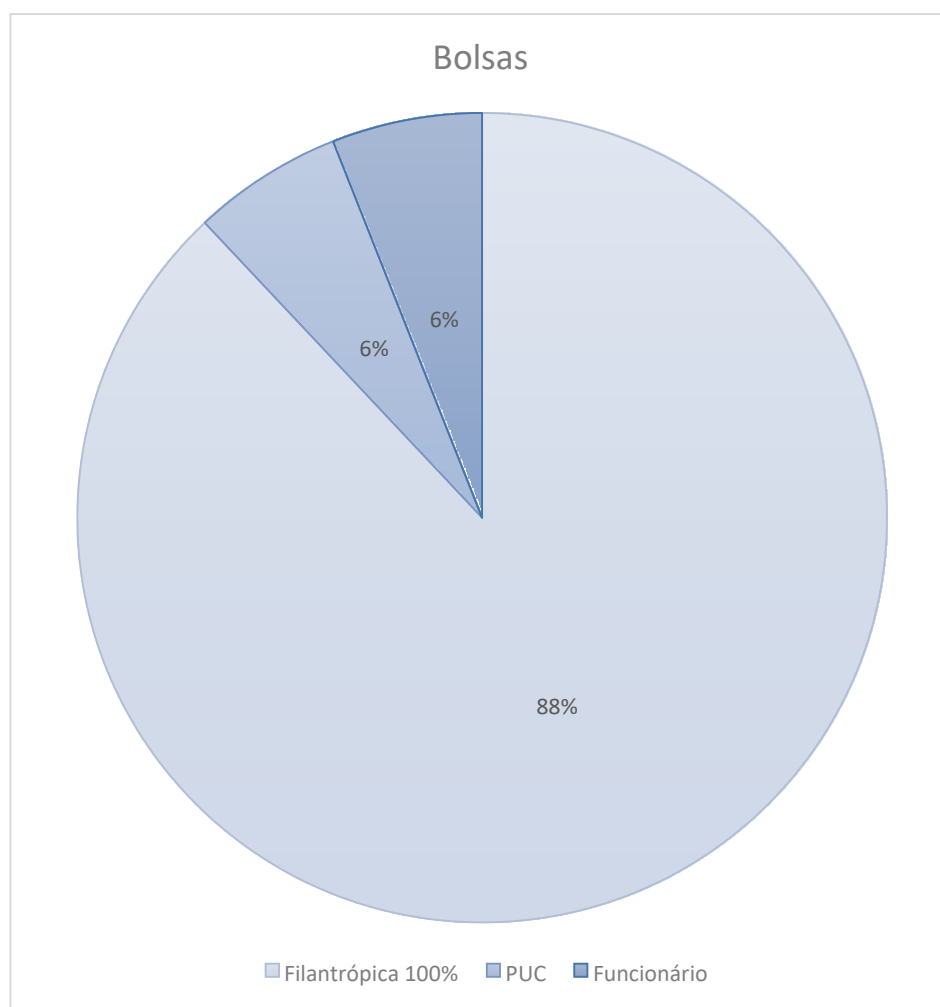
ser verificado o quantitativo de estudantes mães do curso de Serviço Social no gráfico abaixo.

**Gráfico 6** - Discentes que possuem filhos do Curso de Serviço Social da PUC-Rio.



Fonte: dados da pesquisa

Conforme exposto das 33 respostas que obtivemos, 24 discentes não possuem filhos e 9 possuem. Sendo 5 com apenas 1 filho, 3 com 2 filhos e 1 discente com quatro filhos. O que nos permite refletir sobre a preocupação que existe entre as estudantes que possuem filhos em como lidar com a maternidade junto a sua vivência acadêmica, com que rede de apoio pode contar para os cuidados dos filhos, reforçando a necessidades de programas de Assistência Estudantil com o olhar direcionado a estudantes com filhos e sobretudo com os cuidados dos filhos, pensando atividades para eles.

**Gráfico 7 - Discentes que possuem bolsas oferecidas pela Universidade.**

Fonte: dados da pesquisa

Para melhor compreensão das modalidades de bolsas apresentadas, faremos um resumo do perfil dos discentes que receberam cada uma delas.

A Bolsa-Funcionário é um acordo coletivo da Universidade com os trabalhadores em que os próprios e seus dependentes podem estudar na PUC-Rio com 100% da mensalidade custeada pela instituição<sup>17</sup>.

A Bolsa PUC e Filantrópica, segundo o site da Universidade<sup>18</sup> são:

As bolsas de estudo comunitárias, tipos Filantrópica e/ou PUC, são concedidas segundo critérios socioeconômicos a partir da análise documental (rendas, despesas, patrimônio e vulnerabilidades sociais do grupo familiar do candidato) realizada por equipe técnica de serviço social que, após avaliação, emite um parecer social.

<sup>17</sup> A informação referente a Bolsa Funcionário foi obtida por meio de conversa com funcionários da Universidade.

<sup>18</sup> Informações complementares disponíveis em: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Bolsas e Financiamentos da VRC**. Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrc/cba\\_fesp.html](http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrc/cba_fesp.html)>. Acesso em: 09 jul. 2022

As bolsas tipo Filantrópicas poderão ser integrais (100%) ou parciais (50%), destinadas aos alunos, de primeira graduação, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio (bolsas de 100%) ou o valor de três salários mínimos (bolsas de 50%)

As bolsas tipo PUC são destinadas a atender os alunos de classe média que apresentem vulnerabilidade socioeconômica. São concedidas com percentuais parciais a critério da instituição.

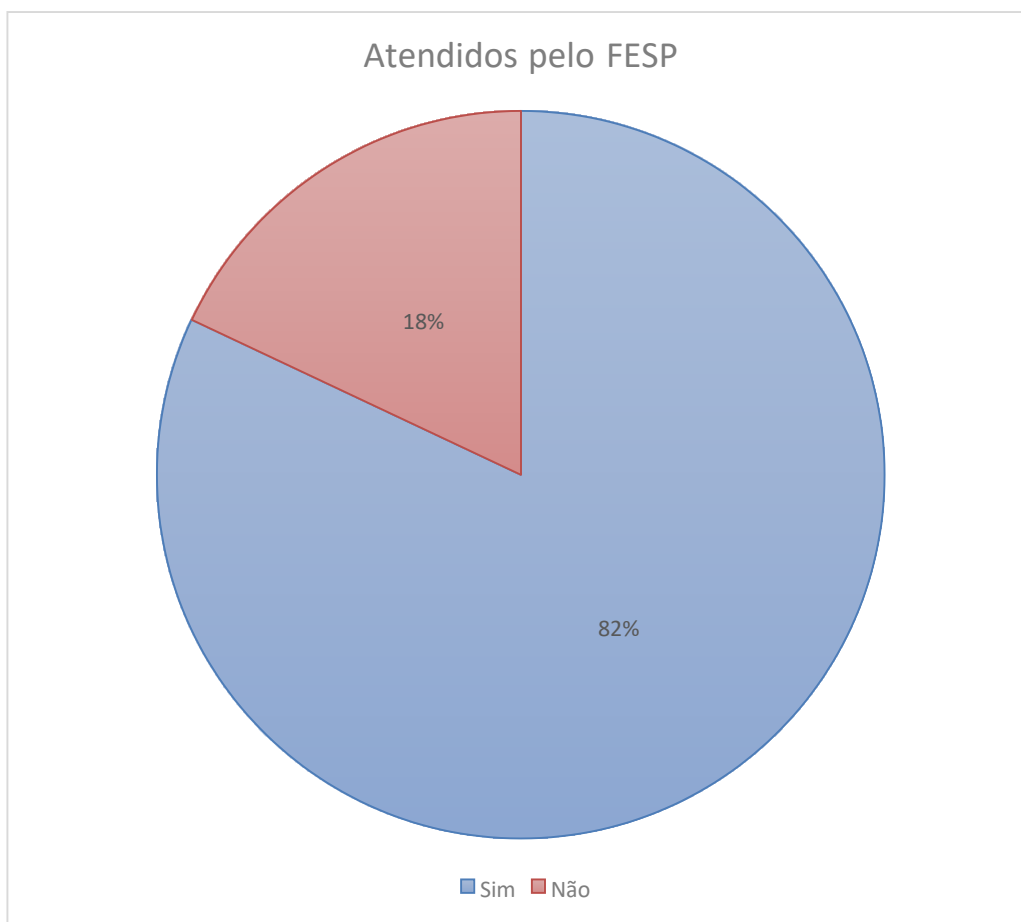
Podemos observar que 100% dos alunos das entrevistas são bolsistas, 6% são bolsistas funcionários, 6% são bolsistas comunitários na modalidade PUC e 88% são bolsistas filantrópicos. O que nos permite observar que em sua maioria os discentes do curso possuem renda de até um salário-mínimo e meio per capta (1.818,00).

O custo da vida acadêmica na PUC-Rio é alto, primeiro por estar localizada em um bairro da elite carioca, bairro esse longe da maioria dos bairros que residem os estudantes do curso, segundo por ter um dos restaurantes universitários mais caros do país<sup>19</sup>. O que reforça a necessidade da Assistência Estudantil para que os universitários das camadas populares consigam se manter no espaço acadêmico.

---

<sup>19</sup> Maiores informações disponíveis em: ESQUERDA DIÁRIO. **Absurdo:** em meio a retorno presencial, PUC-Rio aumenta preço do Bandejão para R\$18,00. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Absurdo-em-meio-a-retorno-presencial-PUC-Rio-aumenta-preco-do-Bandejao-para-R-18-00>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

**Gráfico 8** - Discentes do DSS atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil da PUC-Rio.



Fonte: dados da pesquisa

O gráfico nos permite observar que 82% dos discentes do DSS são auxiliados pelo Programa de Assistência Estudantil da Universidade, o FESP. O que nos permite entender que não somente as bolsas são importantes para o ingresso da população das classes populares na PUC-Rio, mas que o programa oferecido pela Universidade permite que os discentes do curso de Serviço Social se mantenham no espaço universitário.

Cabe pontuar que os 18% de estudantes não auxiliados pelo FESP estão fora do perfil de bolsas (100% filantrópica ou PROUNI) ou estão fora do perfil socioeconômico de um salário mínimo per capita, o que os tira do perfil para o ingresso no programa.

#### 4.3

#### **Os desafios enfrentados pelas discentes negras do Curso de Serviço Social da PUC-Rio – A questão da permanência**

No presente subtítulo iremos pontuar as dificuldades de permanência das mulheres negras a partir dos dados obtidos pelo formulário o qual foi dividido em 2 partes (apêndice

1). Para identificação do perfil dos discentes foi direcionado a todos os estudantes do curso, para as respostas que aparecerão a seguir foram destinadas apenas as discentes que se autodeclararam negras.

Nesta perspectiva iremos apresentar as respostas conforme as entrevistas das 05 (cinco) discentes negras. A escolha pelo recorte, foi pautado nas discentes que estavam finalizando suas graduações em 2021 e 2022, anos de construção da pesquisa, tendo em vista que o ingresso das mesmas se deu em 2018 e 2019, anos em que vivenciaram o curso de forma presencial e tiveram a vivência antes do período pandêmico de aulas remotas. Os nomes das discentes foram nomes africanos colocados pela pesquisadora, tendo em vista que não se obteve os nomes dos discentes que responderam ao questionário. A seguir iremos trazer as respostas das discentes mulheres negras conforme o que foi perguntado no formulário.

#### 4.3.1

##### **Permanência Estudantil – o olhar das estudantes beneficiárias**

Neste item iremos tratar da questão da trajetória universitária das estudantes negras do Serviço Social e as dificuldades encontradas para a permanência. Para que a permanência de estudantes de AA aconteça, os programas de assistência estudantil são fundamentais.

As discentes negras entrevistadas são em sua maioria atendidas pelo FESP. Cuida-se observar que das discentes negras entrevistadas tem-se a Zuri, cuja situação é diferente devido a essa aluna ser também funcionária da Universidade, o que a tira do perfil dos atendidos pelo programa de permanência estudantil oferecido pela PUC-Rio.

A assistência estudantil é vista pelas entrevistadas como um programa de grande importância e é percebido de diversas formas, como pode ser visto nos depoimentos a seguir:

*“Algo que tende a minimizar as desigualdades, no suporte de alimentação, transporte, auxílios em geral”* (Entrevistada Ayana).

*“Não se limita ao auxílio quanto à passagem e quanto à alimentação. Diz respeito ao auxílio-creche, para pessoas com filhos; auxílio-permanência, para que todos tivessem direito ao estudo sem submeter-se a jornadas duplas/triplas de trabalho, entre outras coisas”* (Entrevistada Lueji).

*“É um programa que está disponível na universidade que auxilia na permanência dos estudantes de baixa renda”.* (Entrevistada Amara).

*“Apoio e suporte com os desafios da vida acadêmica”* (Entrevistada Dandara)

*“Toda assistência necessária que o discente necessita ao longo do curso. Refeição, passagem, alojamento, material”.* (Entrevistada Zuri).

A Assistência Estudantil (AE) é entendida como: um programa que minimiza desigualdades, auxilia na permanência, apoio e suporte, assistência necessária. E conforme Miranda (2020) pontua, são ações estratégicas que visam dar suporte necessário para os estudantes buscando garantir a equidade e “oportunizando a justiça”.

Lueji faz uma importante ressalva que a AE deve ser mais do que alimento e transporte, ressaltando a importância do auxílio à creche, especialmente no caso das mulheres mães que têm múltiplas jornadas. As autoras Cibele Henriques (2017) e Lélia González (2020), falam em seus textos sobre as múltiplas jornadas das mulheres negras desde o período da escravidão, que o trabalho em busca de um salário é uma necessidade de sobrevivência. O que nos traz a reflexão sobre a necessidade do socioeconômico. E é nessa perspectiva que todas as entrevistadas entendem que a Assistência Estudantil é importante para a permanência e conclusão de seus cursos de graduação, pois auxilia mesmo que não sendo suficiente, conforme algumas das entrevistas descreveu, mas que foi essencial para chegarem até o período que estavam de suas graduações.

Os auxílios recebidos pelas discentes mulheres negras – a fala das estudantes

No presente item traremos as falas das discentes mulheres negras, nas quais elas pontuam sobre os auxílios recebidos pelo FESP, na fala de uma delas, podemos observar que o programa da Universidade continuou auxiliando os discentes no período pandêmico.

*“Alimentação”* (Entrevistada Ayana).

*“Recebia. Passagem e alimentação. Com a pandemia, só alimentação, com o cartão alimentação que eles distribuíram”.* (Entrevistada Lueji).

*“Recebo alimentação”* (Entrevistada Amara).

*“Alimentação, transporte e cópias (xerox)”* (Entrevistada Dandara).

*“Não sou atendida pelo FESP”* (Entrevistada Zuri).

Sobre os auxílios, as entrevistadas recebem os seguintes benefícios: alimentação, passagem e fotocópias. Porém, Lueji ressalta que durante o período da pandemia ela passou a receber só alimentação. Dentre as respostas apresentadas, a alimentação foi o auxílio mais ofertado, sobretudo no tempo pandêmico, no qual o FESP ofereceu um cartão alimentação

no valor de R\$150,00 reais<sup>20</sup> para os discentes que recebiam, antes da pandemia, uma refeição diária no restaurante universitário. Zuri em seu depoimento ressalta que não é beneficiária do programa de AE: “Não sou atendida pelo FESP” (Entrevistada Zuri). É importante ressaltar que os funcionários da Universidade têm a bolsa intitulada bolsa-funcionário e não fazem parte do programa de AE.

Cabe salientar que os auxílios oferecidos pelo FESP são de extrema importância para a permanência universitária das discentes negras do departamento de Serviço Social. Porém, eles auxiliam nas mínimas necessidades de permanência pois, alimentação, transporte e fotocópias são o básico para a vivência acadêmica.

Conforme Souza (2018, p.40) destaca em seu texto sobre a importância dos auxílios permanência e alimentação, "esses programas garantem que as condições mínimas de subsistência dos estudantes sejam asseguradas, proporcionando um maior tempo de dedicação às atividades acadêmicas".

Os programas de AE, permitem que discentes das classes populares acessem espaços que historicamente são negados, oportunizando a permanência universitária e a presença em espaços que agregam na vida profissional. Como Rosélia Magalhães e Simone Menezes (2014) escrevem, a AE viabiliza a permanência discente das classes populares de acordo com as individualidades, permitindo a vivência acadêmica de qualidade, com igualdade de oportunidades.

Os auxílios que foram mais importantes: a percepção das discentes

Neste item as falas das entrevistas destacam a importância dos auxílios que recebem para a manutenção das suas vidas acadêmicas. Podemos observar a seguir a fala de cada uma delas:

“Hoje com o EAD e o pacote de internet” (Entrevistada Ayana).

“Quando era presencial, sem dúvida a passagem”. (Entrevistada Lueji).

“Todos foram muito necessários e importantes”. (Entrevistada Amara).

“Alimentação e transporte”. (Entrevistada Dandara).

“Mensalidade” (Entrevistada Zuri).

---

<sup>20</sup> Cabe pontuar que o valor de R\$150,00 reais ofertados pelo FESP aos estudantes auxiliados, no período pandêmico, não corresponde ao valor diário gasto de uma alimentação por dia na PUC-Rio e auxilia na alimentação dos discentes. Porém, tendo em vista o valor dos alimentos e a cesta básica no Rio de Janeiro, segundo a BBC Brasil (2022) estar custando mais de R\$700 reais, o valor ofertado se torna pouco frente aos altos preços dos alimentos.



Podemos observar que as discentes descrevem que todos os auxílios foram importantes, desde a bolsa de ingresso a Universidade, até os auxílios ofertados pelo FESP. O pacote de internet descrito por Ayana tem relação com um projeto construído pela PUC-Rio em parceria com o FESP, no qual foram emprestados notebooks e doados chips com acesso à internet, a fim de proporcionar aos discentes das classes populares o acesso às aulas remotas no período pandêmico.

#### 4.3.2

#### **AE e seus benefícios – Novas propostas e antigas necessidades**

A Assistência Estudantil é considerada como ações que viabilizam a permanência estudantil, proporcionando a melhor vivência acadêmica dos discentes através de auxílios diversos que auxiliam nos custos da vida acadêmica.

Como já mencionado, o programa da PUC de AE é o FESP e oferece principalmente os benefícios de transporte e alimentação, além dos socioassistenciais. Segundo as entrevistadas, os benefícios de alimentação e transporte são os mais importantes e necessários. Isso ocorre devido aos altos valores nos custos dos alimentos tanto dentro da Universidade quanto fora, e os grandes percursos diários percorridos pelas discentes para ir de suas casas até a PUC-Rio.

*“Pensando em outros estudantes, o auxílio moradia seria algo ideal para os estudantes que moram em municípios distantes da universidade”* (Entrevistada Ayana).

*“Para a minha realidade, são suficientes. Mas acredito que seja fundamental o auxílio-creche, auxílio-escola, e ações direcionadas às particularidades que assolam às pessoas pretas na universidade”* (Entrevistada Lueji).

*“Considero interessante pensar em uma bolsa, para que o aluno possa se dedicar aos estudos, sem tanta pressão com a permanência do emprego. Ter que trabalhar ou não ter trabalho tira a concentração de qualquer um”* (Entrevistada Amara).

*“Duas alimentações seria o ideal para alunos que moram em municípios distantes e fazem mais de uma hora de viagem até a PUC”* (Entrevistada Dandara).

*“Alojamento principalmente”* (Entrevistada Zuri).

A partir das respostas, observamos que mesmo as duas discentes que entendem os auxílios ofertados pela PUC-Rio suficientes, apresentam sugestões de auxílios que não necessariamente seriam utilizados por elas. Ayana e Zuri trazem como sugestão o alojamento, auxílio moradia para discentes que residem longe da Universidade, Lueji apresenta uma sugestão importante como auxílio-creche e escolar para as discentes que

possuem filhos. Amara sugere uma bolsa que remunere os discentes para que não precisem exercer o trabalho remunerado, ainda pontua que trabalhar e estudar tira a concentração e não ter emprego, também é uma fonte de preocupação que desconcentra o estudante. Já Dandara escreve que somente uma alimentação não é suficiente para os discentes que residem em municípios distantes da Universidade. A alimentação se apresenta como um fator essencial para a permanência acadêmica.

Com relação a importância de obter um projeto voltado para a permanência das estudantes negras as entrevistadas destacam:

“Sim” (Entrevistada Ayana).

“Com certeza” (Entrevistada Lueji).

“Com certeza. São alunos que enfrentam inúmeros desafios reflexos da desigualdade posta daquele período terrível que foi a escravidão” (Entrevistada Amara).

“Sim. Grupos de apoio e debate, bem como suporte psicológico poderiam ajudar muito com o enfrentamento do dia a dia” (Entrevistada Dandara).

“Sim. sem dúvidas. É o mínimo que a classe merece receber” (Entrevistada Zuri).

Reis (2007) escreve que é importante discutir em diversos espaços a assistência estudantil para além da questão socioeconômica, que é a forma em que a maioria dos programas de assistência estudantil atuam, mas pensar também na perspectiva histórica em que os negros vivenciam, reconhecendo as diversas desigualdades colocadas pelo período colonial, atuando de forma a atender as demandas de negros nos espaços de educação superior no Brasil.

Todas as discentes mulheres negras responderam que é necessário um programa de Assistência Estudantil voltado a pessoas negras. Amara escreve que alunos negros no geral sofrem com desigualdades provenientes da escravização. Zuri fala que ter um programa voltado para pessoas negras é o mínimo que as discentes negras merecem ter, e Dandara pontua que o auxílio psicológico é importante no enfrentamento das questões diárias do espaço acadêmico.

Refletir sobre o que a entrevistada Dandara diz nos conecta ao que Wendy Gonçalves (*et. al.*, 2020 p.8) pauta em seu texto sobre o adoecimento mental que o racismo ocasiona em pessoas negras por meio da relação de poder, exclusão e falta de representação social.

É importante pontuar que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é composta majoritariamente por discentes brancos, pertencentes a elite brasileira, ela

também é composta majoritariamente por docentes brancos.

A partir das falas das estudantes negras, analisamos que o programa de AE não contempla a dimensão racial da vivência acadêmica, deste modo podemos observar que as discentes trazem novas possibilidades para o programa da Universidade, destacando a importância de um programa que pautar a dimensão racial.

Moreira (2019, p.15) pontua em seu texto que é importante não somente pensar no acesso, mas em condições que permitam o estudante a permanecer e concluir sua graduação, usufruindo de todo o espaço acadêmico, trazendo em consideração não somente a questão socioeconômica, mas também racial.

Deste modo, devido às disparidades provenientes do período de escravização nas relações sociais brasileiras, a sociedade é adoecedora. A negação do acesso de pessoas negras aos espaços de educação e o racismo velado também se constitui realidade que tornam esses locais adoecedores para pessoas negras. Por esse motivo, é importante destacar o acompanhamento psicológico por parte dos programas de Assistência Estudantil para discentes negros e conforme Magali Almeida (2011) pontua, os estudos que visam compreender a relação de desigualdade entre brancos e negros no Brasil tendem a retomar a história do passado. O período de escravização do povo negro foi findado, porém não houve políticas públicas que auxiliassem nos direitos sociais dessa população.

Isso posto, cabe pensar que dentro de um espaço embranquecido como a PUC-Rio, um programa de Assistência Estudantil voltado a realidade histórica, social, de adoecimento mental e econômica da população negra é extremamente importante, vide a fala das entrevistadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o exposto durante todo o percurso do estudo, a Política de Ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro foi uma conquista do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras, por meio de muita luta, pressões e da busca incessante de melhores condições de vida após um período de 388 anos de escravidão, sem pessoas negras sequer ter acesso a qualquer tipo de direito social e após 134 anos da abolição da escravatura, que continuou não dando o acesso aos direitos sociais efetivamente.

Estar em espaços de prestígio social, como a academia, nos custa caro, é doloroso, nem sempre nos permite ascender socialmente. A situação do país hoje é muito complexa, com muitas investidas neoliberais, com um governo que reforça as opressões e preconceitos contra mulheres, negros, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, que vem sucateando cada vez mais os direitos sociais e diminuindo a verba da educação.

Adentrar o espaço universitário para a população negra, sobretudo em uma Universidade como a PUC-Rio, só é possível por meio do programa de bolsas, que promove o pagamento integral das mensalidades e do programa de assistência estudantil, que foi conquistado por intermédio da parceria da Universidade com os Movimentos Sociais e a inserção dos discentes das classes populares.

A partir dos dados da pesquisa, é possível observar que o perfil dos discentes do curso de Serviço Social da PUC, matriculados de 2018 a 2021, são estudantes majoritariamente mulheres, negras, da periferia e subúrbio do Rio de Janeiro, bolsistas e participantes do programa de assistência estudantil da Universidade, o FESP.

Um programa que permite a conclusão de graduação de diversos discentes, mas que de certa forma ainda precisa atender outras demandas que tem total relação com o espaço adoeceador que é a universidade. Conforme descrito por uma das entrevistadas, o auxílio psicológico é extremamente importante para a sanidade mental durante o percurso da vida acadêmica, sobretudo para discentes negros que carregam uma história de vida marcada pelas desigualdades sociais.

A pesquisa realizada com as discentes negras do curso de Serviço Social da PUC-Rio matriculadas em 2018 e 2019, permite perceber, a partir da narrativa das estudantes, que a maioria considera os programas de Assistência Estudantil de grande importância e relevância, sobretudo os benefícios de alimentação e transporte.

Cabe pontuar também que a narrativa das entrevistas traz como sugestão a

construção de um espaço que auxilie as mulheres mães universitárias. A Agência Brasil (2020) apresenta dados que demonstram que a maioria das pessoas que estavam no ensino superior no brasileiro em 2020, eram mulheres brancas de 19 a 24 anos que estudam e trabalham para ter até um salário mínimo e meio per capita, segundo o IBGE (2020), essa idade é reprodutiva. Ter um espaço que proporciona mais tranquilidade a essas mulheres para estudarem e concluírem seus estudos, é garantir o direito ao acesso de estudantes e mães à educação superior.

É possível ver que a luta do Movimento Negro foi essencial para o ingresso de pessoas negras no ensino superior, mas que o acesso não é o ponto principal, mas sim a manutenção da vida acadêmica dos discentes das classes populares e negros, sobretudo as mulheres negras que vivenciam múltiplas jornadas e no nosso país, muitas das vezes, ocupam o papel de ser a responsável financeira de seus lares.

O espaço acadêmico ainda não é democrático, tendo em vista que 54% da população brasileira é negra e conforme exposto acima, a maior parte do espaço universitário é composta por pessoas brancas.

O avanço por meio da luta do Movimento Negro é notório, mas ainda existem muitas questões que tornam o espaço universitário ainda muito difícil para pessoas negras e pertencentes as classes populares. Ainda há muitos avanços a serem feitos para que haja a democratização efetiva do ensino superior brasileiro, não por falta de luta e demonstração de desigualdades por parte de pesquisas e dados importantes, mas porque o racismo institucional e estrutural está diariamente diante dos nossos olhos.

Os programas de acesso e permanência universitária precisam oferecer mais projetos, mais auxílios, mais direitos que possibilitem a permanência e conclusão de graduação de pessoas negras, para que o processo de aprendizagem profissional tenha a maior qualidade possível e que sejam concluídos.

Finalizo com a fala da jornalista Silvana Bahia: Eu desejo que meninas negras e indígenas possam sonhar com outros futuros e não só aqueles que estão socialmente dados para nós.

## 6

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Marcela Dias. **Permanência na Universidade: Estratégias utilizadas pelos alunos bolsistas filantrópicos atendidos pelo FESP- Residentes da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL, Agência. **IBGE: mulheres somavam 52,2% da população no Brasil em 2019**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL, Agência. **Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca**. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto nº 7234. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2010.

CARNEIRO, Lucianne; ROSAS, Rafael. IBGE: Tempo de deslocamento ao trabalho no país é de 4,8h por semana, mas chega a 7,8h em SP. **Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/07/ibge-tempo-de-deslocamento-ao-trabalho-no-pais-e-de-48h-por-semana-mas-chega-a-78h-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 05 mai. 2022

CLAPP SALVADOR, Andréia. O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 211 – 223, primeiro semestre de 2020.

COSTA, ANDRÉA LOPES DA; PICANÇO, Felícia. PARA ALÉM DO ACESSO E DA INCLUSÃO Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 281-306, 2020. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE LIMA, Franciele Santos; ZAGO, Nadir. Evasão na Educação Superior: tendências e resultados de pesquisa. **movimento-revista de educação**, n. 9, p. 131-164, 2018.

DOS REIS, Neilton; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016.

FERES JÚNIOR, João et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. EdUERJ, 2018.

FURQUIM, Carlos Henrique de Brito. **A Pesquisa Identitária e o Sujeito que Pesquisa**. Ouro Preto, 2019.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de informação legislativa**, v. 38, n. 151, p. 129-152, 2001.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GONÇALVES, W.; COELHO, D. C.; VIEIRA, A. S.; SILVA, P. C. D. .; FILIPE, A. R. T. M. .; SHITSUKA, R. Danos causados pelo racismo por meio de termos linguísticos na saúde mental da população negra e a importância da psicologia preta para esse público: uma educação para as escolas. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e11125, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/22407>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HENRIQUES, Cibele da Silva. **Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior**. *O Social em Questão* (2017): 153-172.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. **Plataforma Gueto**, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2020.

JARDIM, Tânia Horsth Noronha. **Destinos (im) prováveis: um estudo sobre alunos beneficiários de política de ação afirmativa egressos do Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismo e Identidade de Gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista**. Florianópolis, 2013.

JUNIOR, Joilson Santana Marques. Racismo no Brasil e racismo à brasileira: traços originários. **O Social em Questão**, v. 24, n. 50, p. 63-82, 2021.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro; MENEZES, Simone Cazarin. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. **O Social em Questão**, v. 17, n. 32, p. 59-74, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, Maria Aparecida. **Ações Afirmativas no Ensino Médio do IFRJ: Um estudo de caso sobre a implementação e as narrativas dos estudantes negros**. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 757-776, 2004.

MOREIRA, Marcos Henrique Coutinho. **As políticas de promoções de ações afirmativas (cotas) e assistência estudantil: mudanças no perfil socioeconômico e racial dos alunos da graduação após implantação na UFF**. Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, Alexandre do. **O Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico, Organização e Proposta**. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. **Covid-19: Repercussions on the mental health of higher education students**. *Saúde em Debate* [online]. v. 46, n. spe1 [acessado 4 Agosto 2022], pp. 206-220. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E114>>. Acesso em: 01 jul. 2022

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil**. Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **A Permanência da População Negra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro: significados, práticas e perspectivas**. Coleção Educação para Todos (2007): 271-293.

RONEY, Gomes de Souza. **A Percepção dos Alunos Sobre a Importância da Assistência Estudantil para a Permanência no Curso de Ciências Naturais**. Planaltina, 2018.

SANTOS, Bruna da Silva et al. **Políticas públicas: ações afirmativas para permanência no ensino superior**. 2012.

SANTOS, Augusto Sales dos. **Ação afirmativa e mérito individual**. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Livia Souza. **Entre permanecer e desistir: um estudo sobre os desafios enfrentados pelos alunos bolsistas da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: acesso e perfil discente**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35893](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893)>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SOUZA, Liliane Pereira. **Educação, gênero e raça: mapeando algumas desigualdades**. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 7, n. 12, p. 113-124, 2014.

TRIBUNA, A. **Valor da cesta básica no Rio de Janeiro chega a R\$768,42 em abril, segundo Dieese**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.tribunarj.com.br/%EF%BF%BCvalor-da-cestabasica-no-riodejaneiro- chega-a-r76842-em-abril-segundo-dieese/#:~:text=O%20custo%20de%20R%24%20768,15%2C33%25%20no%20ano.>



USP, Jornal. **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra.** São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ZAUZA, Luíza. **“E os que ficaram pelo caminho?”: Para a educadora Angela Santos, o projeto pedagógico dos cursinhos populares inspira os estudantes a transformar sua realidade**”. 2022. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/e-os-que-ficaram-pelo-caminho>>. Acesso em 16 jul. 2022.

# APÊNDICES

## Apêndice I: Roteiro do Formulário

### 1 – Perguntas para identificação do perfil das estudantes do curso de Serviço Social da PUC-Rio.

- a) Número de Matrícula:
- b) Idade:
- c) Autodeclaração de Cor/Raça
  - Preto
  - Pardo
  - Amarela
  - Indígena
  - Branco
- d) Etnia/Origem
- e) Identidade de Gênero
  - Mulher Cis
  - Homem Cis
  - Mulher Trans
  - Homem Trans
  - Não binário
- f) Qual seu local de moradia?
- g) Você trabalha? Local/bairro?
- h) Tem filhos? Quantos?
- i) Você recebe Bolsa de Estudo? Se sim, qual?
- j) É atendido pelo FESP?

### 2 – Entrevista - discentes Negras do curso de Serviço Social da PUC-Rio.

- a) Você foi atendida pelo FESP?
- b) O que você entende como Assistência Estudantil?
- c) Ela é importante?
- d) Quais auxílios você recebe?
- e) Quais são os auxílios que mais colaboram para a sua permanência universitária?
- f) São suficientes?
- g) Quais outros auxílios seriam importantes? Você tem alguma sugestão?
- h) Você acha importante a Assistência Estudantil da PUC-Rio ter um projeto voltado para a permanência das estudantes negras?